

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Programa de Pós-graduação em Ciência Política

Jéssica da Silva Duarte

Desempenho Econômico e a Consolidação da Democracia– Um estudo
comparativo dos casos Brasil, Uruguai, Espanha e Finlândia

Porto Alegre, 2016.
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Programa de Pós-graduação em Ciência Política

Jéssica da Silva Duarte

Desempenho Econômico e a Consolidação da Democracia– Um estudo
comparativo dos casos Brasil, Uruguai, Espanha e Finlândia

Dissertação apresentada como requisito
parcial para obtenção do título de Mestre em
Ciência Política pela Universidade Federal do Rio
Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências
Humanas e Programa de Pós Graduação em
Ciência Política.

Orientador: **Professor Dr. Rodrigo
Stumpf González.**

Porto Alegre, 2016.
Jéssica da Silva Duarte

CIP - Catalogação na Publicação

da Silva Duarte, Jéssica

Desempenho Econômico e a Consolidação da Democracia-
Um estudo comparativo dos casos Brasil, Uruguai,
Espanha e Finlândia / Jéssica da Silva Duarte. --
2016.

70 f.

Orientador: Rodrigo Stumpf González.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do
Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências
Humanas, Programa de Pós-Graduação em Ciência Política,
Porto Alegre, BR-RS, 2016.

1. Cultura Política. 2. Democracia. 3. América
Latina. 4. Europa. 5. Economia. I. Stumpf González,
Rodrigo, orient. II. Título.

Desempenho Econômico e a Consolidação da Democracia– Um estudo comparativo dos casos Brasil, Uruguai, Espanha e Finlândia

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas e Programa de Pós Graduação em Ciência Política.

Banca Examinadora:

Professor Dr. Rodrigo Stumpf González. (Orientador).
Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Professor Dr. Pablo Bulcourf.
Universidad Nacional de Quilmes.

Professora Dra. Bianca Linhares.
Universidade Federal de Pelotas.

Professor Dr. Marcello Baquero.
Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Porto Alegre, 2016.

Dedico às pessoas que me deram força, apoio, paciência e carinho para que eu chegasse ao final desta caminhada:

Meus pais, Eni da Silva Duarte e Antônio Carlos dos Santos Duarte.

Meu namorado, Cilon Perusato.

Minhas irmãs, Sabrina Duarte e Vanessa Machado.

Meus afilhados, Pedro e Sophia.

“Um monte de pedras deixa de ser um monte de pedras no momento em que um único homem o contempla, nascendo dentro dele a imagem de uma catedral.”

Antoine de Saint-Exupéry

Agradecimentos

Agradeço aos meus pais, Eni Duarte e Antônio Carlos Duarte, pelo constante apoio e incentivo, por terem acreditado em mim desde o início e por terem me ensinado a lutar pelos meus sonhos sempre dando o melhor de mim. Agradeço à minha irmã, Sabrina Duarte, por ser a minha melhor amiga e por me dar suporte nos momentos difíceis com toda a paciência e amor possível. Agradeço ao meu namorado, Cilon Perusato, por estar ao lado me motivando e compartilhando comigo todos os momentos, fazendo com que essa caminhada fosse muito mais agradável. Agradeço à toda a minha família, por terem sido a base da minha fé e da minha serenidade; em especial às minhas avós, Tania Duarte e Amedorina Maria da Silva. Agradeço à minha prima/irmã Vanessa Machado por todo o afeto e companheirismo, por cada palavra, cada conversa, cada momento em que acrescentou leveza ao meu dia e, principalmente, pelo meu maior presente, o Pedro. Agradeço à minha sogra, Marilda Perusato, por ter sido acima de tudo minha mãe. Agradeço aos meus amigos, por terem compreendido as minhas ausências e por terem me cedido seu tempo e seus ouvidos para me ouvir falar das minhas ideias e, também, angústias durante este período. À Scarlet Carvalho, William Pires, Robert Guterres, Otávio Menezes e Rafaela Mourão. Gostaria de fazer um agradecimento especial ao meu amigo Bruno Mello Souza, que foi como um anjo da guarda durante esta caminhada, me dando apoio e estando ao meu lado para tornar este trabalho possível.

Agradeço à Universidade Federal do Rio Grande do Sul, em especial ao Programa de Pós Graduação em Ciência Política, e a todos os órgãos apoiadores e financiadores, pela infraestrutura e incentivo. Agradeço a todos os mestres que contribuíram para a minha formação. Agradeço aos professores Marcello Baquero, Bianca Linhares e Pablo Bulcourf por terem aceitado participar da banca de defesa e contribuir para a minha pesquisa. Agradeço, especialmente, ao meu orientador Rodrigo Stumpf González, por toda a sua dedicação, por ter estado sempre atento e disponível ao longo de todo esse processo; sendo um grande mestre, incentivador, cientista, pesquisador e amigo.

A todos que contribuíram de alguma forma durante esse processo, muito obrigada.

Resumo

O presente artigo tem por objetivo examinar se – como aponta parte da literatura - há alguma similaridade entre situação econômica e valores democráticos, isto é, se a variação ou estabilização se manifestam da mesma maneira nas duas dimensões. A importância deste trabalho reside no fato de que durante a segunda metade do século XX aconteceram a segunda e terceira ondas democráticas, fazendo com que o número de regimes que se definem como democracias aumentasse significativamente: nesse sentido, no final deste mesmo século e início do século seguinte, muitos países sofreram o impacto de crises econômicas e de queda da satisfação com os regimes democráticos e da confiança em suas instituições. Desse modo, para observar de que maneira a opinião pública se comporta diante das flutuações de índices econômicos, são verificados os casos do Brasil, Uruguai, Espanha e Finlândia, propondo-se uma análise de dados econômicos do Banco Mundial – no que diz respeito ao desemprego, inflação, PIB per capita, PIB crescimento anual, Índice de GINI - e do PNUD - sobre Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) - em comparação com indicadores de atitudes democráticas, como satisfação e confiança nas instituições públicas, do Latino e Eurobarômetro nos últimos vinte anos, para tentar descobrir se há, de fato, similaridade de comportamento entre as duas dimensões nestes países.

Palavras-Chave: Democracia; Cultura; Economia; Consolidação democrática.

Abstract

This article aims to examine whether - as points of the literature - there is a relationship between economic status and democratic values, in other words, if the variation or stabilization manifest the same way in two dimensions. The importance of this work lies in the fact that during the second half of the twentieth century happened the second and third democratic wave, causing the number of schemes that call themselves democracies increased significantly: in this sense, at the end of this same century and beginning of the next century, many countries suffered the impact of economic crises and loss of satisfaction with democratic regimes and trust in their institutions. Thus, to observe how the public opinion behaves in the face of economic indices fluctuations, are verified the cases of Brazil, Uruguay, Spain and Finland, proposing a World Bank economic data analysis - with regard to unemployment, inflation, GDP per capita, GDP annual growth, GINI index and of the UNDP data about Human Development Index (HDI) - compared with democratic attitudes indicators such as satisfaction and trust in public institutions, of Latinobarómetro and Eurobarometer in the last twenty years to find out if there is, indeed, the relationship between the two dimensions in these countries.

Keywords: Democracy; Culture; Economy; Democratic consolidation.

Lista de Gráficos e Quadros:

Gráfico 1 – PIB Per Capita (US\$) e PIB Crescimento anual (%) em comparação com a satisfação com a democracia e confiança institucional (%) - Brasil	37
Gráfico 2 – Desemprego (%) e inflação (%) em comparação com a satisfação com a democracia e confiança institucional (%) - Brasil	39
Gráfico 3 – Índice de GINI e IDH em comparação com a satisfação com a democracia e confiança institucional (%) - Brasil.....	40
Gráfico 4 – PIB Per Capita (US\$) e PIB Crescimento anual (%) em comparação com a satisfação com a democracia e confiança institucional (%) - Uruguai.....	42
Gráfico 5 – Desemprego (%) e inflação (%) em comparação com a satisfação com a democracia e confiança institucional (%) - Uruguai	44
Gráfico 6 – Índice de GINI e IDH em comparação com a satisfação com a democracia e confiança institucional (%) – Uruguai.....	45
Gráfico 7 – PIB Per Capita (US\$) e PIB Crescimento anual (%) em comparação com a satisfação com a democracia e confiança institucional (%) – Espanha.....	47
Gráfico 8 – Desemprego (%) e inflação (%) em comparação com a satisfação com a democracia e confiança institucional (%) – Espanha.....	49
Gráfico 9 – Índice de GINI e IDH em comparação com a satisfação com a democracia e confiança institucional (%) – Espanha.....	50
Gráfico 10 – PIB Per Capita (US\$) e PIB Crescimento anual (%) em comparação com a satisfação com a democracia e confiança institucional (%) – Finlândia.....	52
Gráfico 11 – Desemprego (%) e inflação (%) em comparação com a satisfação com a democracia e confiança institucional (%) – Finlândia.....	54
Gráfico 12 – Índice de GINI e IDH em comparação com a satisfação com a democracia e confiança institucional (%) – Finlândia	55
Quadro 1: Dados econômicos e culturais mais representativos nos países estudados:.....	58

Sumário

1.Introdução.....	10
2.Desenvolvimento econômico, cultura política e consolidação democrática	14
3.Contextualização dos casos estudados	18
3.1O caso brasileiro	18
3.2 O caso Uruguaio	23
3.3 O caso Espanhol	26
3.4O caso Finlandês.....	31
4. Análise dos dados	36
4.1 Brasil	36
4.2 Uruguai	41
4.3 Espanha.....	46
4.4 Finlândia	51
5.Considerações finais	59
Referências Bibliográficas	64

1. Introdução

O presente artigo busca examinar se – como sugere parte da literatura (INGLEHART, 2003; LIPSET, 1959; MORLINO, 2009) - existe alguma semelhança entre situação econômica e valores democráticos, ou seja, se a variação ou estabilização se manifestam da mesma maneira nas duas dimensões. Tendo como cenário para esse questionamento, as significativas transformações ocorridas na estrutura social e na conjuntura política mundial a partir das inúmeras transições democráticas ocorridas na segunda metade do século XX. Dentro deste quadro, foram escolhidos quatro casos a serem comparados: Brasil, Uruguai, Espanha e Finlândia. Todos estes países tiveram experiências de desenvolvimento e crises econômicas e nas últimas décadas; em relação à consolidação democrática dos respectivos casos, Uruguai e Finlândia possuem regimes mais duradouros e estáveis, enquanto Brasil e Espanha apresentam democratizações relativamente recentes e menor solidificação dos valores democráticos.

Com isso, o problema de pesquisa proposto é: existe um padrão de comportamento dos cidadãos em relação à democracia e suas instituições de acordo com diferentes situações econômicas em distintos contextos? Assim, para observar de que maneira a opinião pública se comporta diante das flutuações de índices econômicos, são verificados os casos do Brasil, Uruguai, Espanha e Finlândia. Propõe-se uma análise de dados econômicos do Banco Mundial – no que diz respeito ao desemprego, inflação, PIB per capita, PIB crescimento anual, Índice de GINI e IDH - em comparação com indicadores de atitudes democráticas, como satisfação e confiança nas instituições públicas, do Latino e Eurobarômetro nos últimos vinte anos, para tentar descobrir se há, de fato, analogia entre o comportamento das duas dimensões nestes países.

Deste modo, o objetivo geral desta pesquisa é avaliar se o desempenho das instituições e atores políticos no que diz respeito à gestão da economia, tem similaridade com o comportamento das atitudes democráticas – mesmo em contextos culturais diferentes. Para obter elementos que permitam tentar responder a tal questionamento, cumprem-se objetivos complementares, a saber: a) realizar a revisão bibliográfica a fim de examinar quais são as principais características políticas, sociais e culturais dos casos escolhidos, b) observar se, ao longo do tempo, desenvolvimento da economia e crises econômicas correspondem a aumento e enfraquecimento dos índices de satisfação com a democracia e confiança nas instituições democráticas, respectivamente. A hipótese central a ser averiguada é: as atitudes e valores democráticos apresentam um comportamento análogo ao do desempenho econômico dos países. Nesse sentido, melhores índices econômicos correspondem a índices de maior satisfação com a democracia e crises econômicas levam a um enfraquecimento das atitudes democráticas.

A principal contribuição deste estudo é a possibilidade de integrar a revisão da literatura com o uso da análise de dados para comparar em termos práticos as estruturas culturais, sociais

e econômicas de países apontados como pertencentes a regiões e contextos muito diferentes – América Latina e Europa – no que diz respeito a fatores reconhecidos pela bibliografia como cruciais ao regime democrático, isto é, a situação econômica e as atitudes democráticas dos indivíduos. Nessa perspectiva, esta pesquisa almeja contribuir para o desenvolvimento de análises na área da Ciência Política que busquem compreender o processo de consolidação da democracia realizando uma “dupla comparação”, ou seja, analisando ao longo do tempo o comportamento de diferentes fatores estruturais do regime democrático em sociedades distintas. Além disso, buscou-se utilizar indicadores econômicos e culturais significativos na caracterização da conjuntura dos países durante o maior período de tempo possível – conforme a disponibilidade de dados, oportunizando reforçar os argumentos propostos pela literatura ou fomentar o debate para a necessidade de novas explicações.

Em termos de contextualização, é importante salientar que a segunda metade do século XX – em especial as suas duas últimas décadas – foi palco de um movimento global de democratização, isto é, muitos países neste período fizeram transições de regimes autoritários para democracias, formando o que Huntington (1994) denominou como segunda e terceira ondas de democratização. Com isso, surgiu uma grande preocupação por parte dos cientistas políticos em analisar as condições para o estabelecimento e consolidação do regime democrático, tornando centrais variáveis como a confiança política e a satisfação com o regime. Diferentes abordagens foram elaboradas, relacionando essas variáveis com o estabelecimento de uma democracia de fato; autores como Putnam (1996) e Baquero (2013) deram destaque para o papel da confiança interpessoal, Moisés (2010) e Moisés e Carneiro (2008), por sua vez, buscaram compreender de que maneira a confiança nas instituições públicas impacta a democracia. Além destes, Przeworski e Limongi (1997), objetivaram demonstrar que a democratização é resultado de ações de indivíduos que comandam as esferas de decisão e suas estratégias e não, necessariamente, de condições culturais e/ou estruturais específicas.

Com efeito, o conceito de confiança pode ser compreendido como resultado da crença do indivíduo em relação às atitudes das pessoas e/ou instituições, baseando estas expectativas em experiências passadas. Portanto, a confiança nas instituições, por exemplo, tende a estar relacionada com a satisfação ou insatisfação que as pessoas tenham com o seu desempenho (MORLINO, 2009). Após a formulação de condições mais formais e procedimentais para o estabelecimento de uma democracia (SCHUMPETER, 1984; DAHL, 1997), os indicadores de confiança, satisfação com o regime e valores democráticos foram definidos como basilares para a construção de uma democracia de qualidade, visto que eles tendem a refletir a eficácia dos parâmetros institucionais do regime (ALMOND e VERBA, 1965; BAQUERO, 2013). Conforme Morlino (2009), a satisfação com o regime é um componente muito importante à estabilidade e consolidação da democracia. Moisés (2010) afirma que uma democracia efetiva

depende, fundamentalmente, da percepção e dos níveis de confiança e apoio dos cidadãos para com o funcionamento das instituições.

A partir desses fundamentos teóricos, postula-se que a confiança nas instituições democráticas e a satisfação com o regime são cruciais para a consolidação da democracia. Os estudiosos da área buscaram, então, mapear quais fatores poderiam fortalecer ou enfraquecer essas atitudes democráticas. Parte da literatura (LIPSET, 1959; INGLEHART, 2003; MORLINO, 2009) buscou dar enfoque ao impacto que a conjuntura econômica relacionada à estrutura social tem sobre as percepções que as pessoas adquirem em relação à democracia e suas instituições políticas. Inglehart e Welzel (2009), ao definir os valores pós-materialistas como cerne para a efetividade democrática, elencam o desenvolvimento econômico como requisito básico para a geração e fomentação de tais valores, visto que apenas quando as pessoas superassem as necessidades de sobrevivência, poderiam apresentar maior tolerância, confiança e necessidade de um regime que garanta liberdades civis e políticas.

Nesta mesma perspectiva, Lipset (1959) e Morlino (2009) acreditam que determinadas condições sociais podem definir e interferir no estabelecimento da democracia: os autores afirmam que a legitimidade do regime está relacionada com a efetividade do sistema em atender as demandas e solucionar os problemas; tarefa esta que, por sua vez, exigiria desenvolvimento econômico, visto que um regime só consegue ser responsivo se tiver recursos disponíveis para satisfazer as necessidades e os desejos da população. Em contraposição a estes últimos autores, Przeworski e Limongi (1997) buscam argumentar que a democracia é fruto de ações estratégicas e independem da conjuntura em que se coloca, isto é, a democratização não seria um subproduto do desenvolvimento econômico; contudo, os autores ponderam que uma vez que o regime se encontre estabelecido, as suas chances de sobrevivência são maiores se o país for rico (pág. 5).

Seguindo o questionamento sobre o impacto de fatores estruturais na consolidação democrática, esta pesquisa tem por objetivo investigar se há alguma confluência entre o comportamento dos índices econômicos e das atitudes democráticas definidas pela literatura como cruciais ao estabelecimento de uma democracia efetiva. Assim sendo, busca-se verificar em paralelo variáveis econômicas e culturais ao longo do tempo, operacionalizando-as em PIB per capita, PIB, desemprego, inflação, IDH e Índice de Gini, pelo lado econômico, e em satisfação com a democracia e confiança institucional, na dimensão cultural. Deste modo, intenta-se examinar as variações numa e noutra dimensão, para verificar desse modo se elas apresentam algum padrão de variação.

Para complexificar tal análise, realiza-se uma comparação entre casos de maior e menor qualidade democrática de um ponto de vista maximalista, como o apresentado por Diamond e Morlino (2004), em cenários distintos. Dessa maneira, foram escolhidos quatro casos, dois de cada uma das duas regiões que mais tiveram transições durante as três ondas de democratização – América Latina e Europa – a saber: Brasil, Uruguai, Espanha e Finlândia. Os quatro países

passaram períodos de crescimento e de crise econômica nas últimas décadas; porém no que diz respeito à consolidação da democracia, Uruguai e Finlândia possuem maior estabilidade do regime e de valores democráticos, com regimes mais antigos e enraizados, ao passo que Brasil e Espanha apresentam democratizações relativamente recentes, maiores índices de corrupção e menor solidificação dos valores democráticos. Esses aspectos são de fundamental importância à medida que, segundo Norris (2011), regimes duradouros tenderiam a estabelecer ao longo do tempo uma maior consolidação em termos sociais. Além disso, os quatro casos escolhidos apresentam conjunturas distintas no que diz respeito ao fenômeno de colonização, seja no que se refere à sua posição – se colônia ou metrópole – ou ao seu modelo em si; Barro (1999) afirma que há correlação entre o status no processo e o tipo de colonização com o desenvolvimento de um regime democrático- sendo que países que foram colonizadores tendem a ser mais democráticos do que as nações que um dia foram colônias.

Assim, busca-se combinar os métodos das semelhanças e das diferenças, de acordo com o modelo proposto por John Stuart Mill (ano): por um lado, mobilizam-se dois pares de casos portadores de uma série de semelhanças dos pontos de vista histórico e institucionais, e distintos em termos de localização geográfica: Uruguai e Finlândia, e Brasil e Espanha. Em contrapartida, esses mesmos países podem combinar-se para que se possa trabalhar com o método das semelhanças, possuindo um conjunto de características diferentes e pertencendo ao mesmo continente. Nesse caso, os pares formados são os sul-americanos Brasil e Uruguai e os europeus Espanha e Finlândia.

Para poder observar melhor estas características, inicialmente apresenta-se uma revisão da bibliografia que trata da formação e das principais características da cultura política de cada país e, a partir disso, é realizada a análise de dados do Latinobarômetro de 1995 a 2015 e Eurobarômetro dos anos de 1995 a 2014 referentes à percepção dos cidadãos em relação à satisfação com o regime e à confiança nas principais instituições democráticas – Congresso ou Parlamento, governo, partidos políticos e Poder Judiciário. Além destes, serão examinados os dados do Banco Mundial no que diz respeito às variáveis econômicas de desemprego, inflação, PIB per capita, PIB crescimento anual, Índice de GINI e IDH, também no período de 1995 a 2014. Os recortes temporais foram escolhidos de maneira a abranger o maior período de tempo possível conforme a disponibilidade dos dados para cada região.

Deste modo, o texto divide-se em quatro partes principais: primeiramente, é destacada a argumentação teórica para a definição e explicação dos conceitos utilizados; em seguida, passamos o foco para a revisão da literatura que trata da descrição da formação da estrutura política e cultural dos países; por fim, parte-se para a análise dos dados culturais em conjunto com os dados econômicos para observar se as duas variáveis se comportam de maneira similar ao longo do tempo, avaliando se a variação ou estabilização se manifestam da mesma maneira nas duas dimensões. Por fim, apresentam-se os resultados e possíveis inferências do estudo.

2. Desenvolvimento econômico, cultura política e consolidação democrática.

Como afirmado anteriormente, o número de regimes democráticos no mundo aumentou consideravelmente durante o século XX. Atualmente, 76 países no globo são considerados democracias, segundo a publicação *Democracy Index 2014* da *Economist Intelligence Unit*; além disso, conforme Inglehart (2003), a democracia se tornou o único modelo político de apelo global. A importância do estabelecimento de democracias consolidadas pelo mundo é defendida por autores como Almond e Verba (1965) e O'Donnell (2011), por se tratar de um regime político que oferece ao cidadão a capacidade de fazer parte do processo decisório, reconhecendo o ser humano como um agente político, dotando-o de direitos à cidadania política e civil. Devido a estes fatores, a democracia, assim como nesta investigação, se tornou objeto de preocupação e estudo no campo acadêmico. Para efeitos conceituais e de compreensão é necessário definir o termo, visto que é largamente utilizado neste estudo.

Democracia é um conceito muito utilizado em estudos de diversas vertentes teóricas e, por isso, acaba adquirindo um caráter polissêmico. Com efeito, a definição, como compreendida neste trabalho, significa o cumprimento de parâmetros formais básicos, conforme estabelecidos na poliarquia de Dahl (1997), e a existência de um contexto cultural propício. Conforme Tilly (2007), um regime é considerado democrático na medida em que a relação Estado-cidadãos é caracterizada por uma consulta ampla, igual, protegida e por compromissos mutuamente assumidos. Com isso, pode-se definir como fatores formais fundamentais, conforme Dahl (1997): a) os órgãos políticos que tenham competência legislativa devem ser compostos por membros direta ou indiretamente eleitos pelo povo; b) esses órgãos devem ter seus componentes – ou representante, no caso do chefe de Estado - renovados ou reeleitos periodicamente; c) todos os cidadãos que tenham atingido a maioria, sem nenhuma outra distinção, devem ter o direito de votar e possuir igual peso de voto; d) todos os eleitores devem ter liberdade para votar conforme a sua livre escolha; e) os partidos políticos devem poder disputar livremente por representação; f) “nenhuma decisão tomada por maioria deve limitar os direitos da minoria”, em especial o direito de tornar-se maioria em condições equitativas.

Neste mesmo viés, Bobbio (2009) ao desenvolver sua concepção processual de democracia pautada pelas “normas do jogo”, acrescenta aos requisitos supracitados, a ideia de regra da maioria, isto é, dada a impossibilidade de se instalar uma democracia direta nos Estados modernos, a representatividade dos atores no poder se torna imprescindível, portanto são cruciais: a universalidade do voto, a garantia de direitos e liberdades políticas e a formação da maioria a partir do resultado da soma aritmética dos votos de todos os indivíduos. Deste modo a “teoria das regras constitutivas” afirma que os representantes eleitos, pela regra da maioria, não podem exercer mandatos imperativos, ou seja, não podem estar associados a

interesses particulares e devem submeter seus atos à divulgação de maneira transparente, para que os cidadãos possam controlar e fiscalizar as ações do governo (BOBBIO, 2009). Outrossim, para que as políticas estatais estejam de acordo com as demandas populares, é preciso que os cidadãos sejam educados para utilizar as regras do jogo democrático (IDEM, 2009).

Outra dimensão importante da consolidação de um regime democrático são os indicadores de confiança, satisfação com a democracia e valores democráticos. Estes parâmetros são tidos como cerne da definição de uma democracia efetiva, pois medem a eficácia real dos parâmetros institucionais de um Estado democrático (MORLINO, 2009; MOISÉS, 2010; BAQUERO, 2013). Lipset (1959) afirma que para além dos fatores procedimentais que estabelecem uma democracia, a sua sobrevivência depende fortemente da legitimidade que consegue estabelecer perante a sociedade. Almond e Verba (1965) afirmam que a cultura política consiste no processo relacional entre as atitudes, valores e crenças dos indivíduos e a estrutura política, argumentando que estes elementos culturais são fatores cruciais para compreender os padrões de comportamento político dos indivíduos. Assim, conforme os mesmos autores, a consolidação de uma democracia de fato estaria condicionada à existência de uma cultura política democrática. Além disso, a capacidade do Estado em atender às demandas da sociedade é definida como fator potencializador da percepção dos indivíduos da sua própria participação política e da satisfação dos mesmos com as esferas de poder (IDEM, 1965). Conforme Easton (1965), a legitimidade societal é um componente muito importante à estabilidade e consolidação de um regime. Neste mesmo sentido, Norris (1999) afirma que em países em que a tradição democrática é mais duradoura e consolidada, a população tenderia a ser mais exigente com o funcionamento do regime, definindo o que a autora denominou de “cidadãos críticos”, isto é, indivíduos que apresentam baixa afeição a atores e instituições políticas tradicionais e, em compensação, intensa afeição pelos ideais democráticos.

Ainda no que diz respeito às percepções que os cidadãos têm sobre o funcionamento das instituições democráticas e à importância disto para a consolidação do regime, Putnam (1996) argumenta que a confiança significa uma força da relação da sociedade com as estruturas democráticas, gerando um capital de governança dos cidadãos com relação ao Estado, o qual facilita a aceitação das decisões políticas das elites no poder, uma vez que o cidadão não possui incertezas quanto ao que ocorre nas mesmas. Inglehart (2003) e Inglehart e Welzel (2009), afirmam, ao desenvolver sua teoria sobre o pós-materialismo, que o desenvolvimento de valores de auto-expressão é crucial ao desenvolvimento democrático, pois gera fatores como tolerância e confiança interpessoal, tornando possível a criação de um ambiente propício à democratização. Conforme os mesmos autores, o desenvolvimento econômico permitiria a substituição dos valores de sobrevivência por valores pós-materialistas, de auto-expressão, e só esta estrutura social/cultural levaria à implantação e consolidação de um regime democrático de fato.

Moisés (2010), por sua vez, afirma que uma democracia de qualidade depende, fundamentalmente, da percepção e dos níveis de confiança e apoio dos cidadãos para com o funcionamento das instituições. Morlino (2009) argumenta que a legitimidade é crucial à consolidação da democracia, pois diz respeito à aceitação e apoio das regras democráticas e suas instituições. Este mesmo autor afirma – seguindo a tese da congruência – que instituições democráticas só funcionam bem e sobrevivem em sociedades que tenham uma cultura congruente com a democracia. Desse modo, só a responsividade traz a satisfação e a legitimidade do regime; porém, dentre os fatores necessários para gerar responsividade/satisfação está a disponibilidade de recursos para atender às demandas e gerar bem-estar, logo é fundamental que a economia esteja em boas condições (MORLINO, 2009).

Ainda no que se refere à relação entre desenvolvimento econômico e desenvolvimento democrático, Lipset (1967) afirma que o grau de modernização de um Estado está diretamente ligado ao nível de democratização do mesmo, sendo assim, quanto mais próspero economicamente for um país, maiores serão as chances de que a democracia se consolide. Neste mesmo viés, Armigeon e Guthmann (2014), ao analisar os impactos da crise econômica ocorrida na Europa de 2007 a 2011, afirmam que a realização de reformas estruturais e medidas de austeridade podem gerar uma sensação na população de que a democracia, com suas instituições e líderes, é incapaz de gerir o Estado de maneira eficiente. Dalton (2007) afirma que apesar de não ser possível comprovar que há uma relação causal forte ou direta entre o desempenho econômico e as crises de representação, a economia tem impactos sobre a confiança da população, em especial para com o governo, pois ele é o principal avaliado e responsabilizado em caso de ineficiência na gestão.

Dessa maneira, a literatura apresentada aponta – de um modo geral - para a importância fundamental dos fatores culturais para a criação de um contexto propício à consolidação da democracia. Com efeito, os autores afirmam que a formação desse ambiente favorável depende de condições estruturais, como o desenvolvimento econômico. Outrossim, após a constituição dos fatores procedimentais que formam uma democracia, é preciso que os valores e crenças da sociedade sejam equivalentes às instituições democráticas existentes.

Neste mesmo sentido, a literatura salienta ainda que para que as pessoas criem e mantenham estas atitudes, é necessário que elas confiem nos atores políticos e se sintam satisfeitas com o regime. Em vista disso, só é possível ser responsivo para com as demandas da sociedade se o ambiente econômico e político for favorável. Seguindo estes direcionamentos teóricos, busca-se analisar de que maneira os valores democráticos se comportam mediante períodos de variação da situação econômica; isto é, observar se as pessoas se tornam de fato mais democráticas durante o desenvolvimento econômico, e se as crises de representatividade acontecem realmente durante os períodos de crise econômica.

Deste modo, com base na literatura supracitada, a consolidação e a legitimidade democrática estão condicionadas pelo nível de satisfação e confiança que o regime goza perante a sociedade; e estas por sua vez, estão relacionadas à conjuntura econômica do país e à sua capacidade de ser responsivo. Com efeito, com base nesta bibliografia, a satisfação com o regime democrático, conforme compreendida nesta pesquisa, diz respeito ao aspecto específico do apoio definido por Easton (1965), isto é, se refere à percepção que as pessoas têm da democracia a partir do seu funcionamento na prática, a partir de suas experiências cotidianas – especialmente em relação ao atendimento de suas demandas e expectativas. Outrossim, compreende-se como confiança institucional a força de sedimentação da relação entre indivíduos e estruturas democráticas, constituída a partir da maneira como esses cidadãos percebem o papel e a atuação das mesmas, ou seja, se aprovam a sua maneira de proceder e se sentem representados por tais instituições. Como conjuntura econômica favorável e desenvolvimento, compreende-se o grau de riqueza e estabilidade dos principais indicadores econômicos do país e, também, do estabelecimento de condições de vida dignas à população – como oportunidades para o desenvolvimento humano, baixo grau de desigualdade social e acesso aos recursos materiais.

Destarte, foram definidos como variáveis culturais a serem avaliadas neste estudo a satisfação com a democracia e a confiança nas instituições democráticas, por demonstrarem a percepção que as pessoas têm sobre o funcionamento da democracia na prática (MORLINO, 2009; MOISÉS, 2010; BAQUERO, 2013). Para confrontar este contexto cultural com a realidade da estrutura econômica e social dos casos escolhidos, foram selecionadas desde variáveis econômicas que impactam mais sensivelmente a população, como desemprego, inflação e PIB per capita, até fatores que demonstram o crescimento dos países em nível mais macro - PIB crescimento anual - sem deixar de dar atenção às questões referentes à qualidade de vida ao considerar o Índice de GINI e o Índice de Desenvolvimento Humano.

Estes indicadores se relacionam diretamente com dimensões importantes para o desenvolvimento social, como o crescimento da renda, a desigualdade social e a fruição dos benefícios da economia. Além disso, conforme afirmam Barro (1999) e Helliwell (1994), maiores níveis de desenvolvimento econômico, em especial no que diz respeito aos indicadores de renda e PIB per capita, tendem a gerar maior propensão à democratização e maior estabilidade aos regimes democráticos já estabelecidos. Uma vez apresentados os conceitos gerais utilizados neste trabalho, a seguir faz-se uma revisão acerca dos casos estudados, Brasil, Uruguai, Espanha e Finlândia, colocando em tela os elementos de ordem político-cultural destes países.

3. Contextualização dos casos estudados

Antes de examinar a construção política e cultural específica de cada um dos casos, é importante salientar as principais características atribuídas pela literatura aos dois continentes aos quais pertencem os quatro países estudados. América Latina tem sido estudada por diversos pesquisadores (BAQUERO, 2011; O'DONNELL, 2001; GONZÁLEZ, 2011) que, em geral, têm atribuído um conjunto de características mais ou menos comuns à região; as semelhanças passam por um modelo de colonização de tipo explorador, também se inclui um baixo nível de desenvolvimento econômico ao longo de séculos - em geral caracterizado pelo padrão de desenvolvimento dependente dos centros do capital - além destes são apontados como traços gerais o clientelismo, personalismo e uma baixa adesão a partidos políticos (BAQUERO, 2011). Igualmente, partilham o fenômeno de uma instabilidade política pautada por intervalos autoritários ao longo do último século.

No que diz respeito à conjuntura europeia, é importante salientar que as principais potências colonizadoras do período imperialista eram europeias, além disso, o continente é definido pela literatura como um espaço de cidadania, de compromisso com as liberdades civis e os direitos políticos e de participação (KASTORYANO, 1998), outro fator fundamental para a formação social e identitária do território é a sua grande pluralidade étnica e religiosa e o forte sentimento de pertença tanto regional como nacional (IDEM, 1998; CAMARGO, 2008). Outrossim, os países europeus desempenham papel de protagonismo tanto na economia quanto na política internacional (DE CAMARGO, 2008). Além disso, conforme Schmitter (2013), os cidadãos europeus têm se tornado ao longo do tempo menos interessados na política e menos participativos, menos confiantes nos políticos eleitos e mais insatisfeitos com a maneira pela qual tem sido governados, gerando o que o autor chama de uma “crise da democracia”.

A partir de agora, passa-se a apresentar a contextualização dos casos estudados nesta dissertação. Essa revisão é importante à medida que permite, por meio da descrição dos cenários em tela, situar, comparar e fundamentar as análises posteriores, possibilitando verificar os resultados de maneira mais robusta e completa.

3.1 O caso brasileiro

O Brasil, por seu desenho constitucional, é um Estado democrático no que concerne aos quesitos de participação e competição, visto que - conforme os parâmetros determinados por Dahl (1997) - possui órgãos políticos com competência legislativa compostos por membros direta ou indiretamente eleitos pelo povo, sendo que esses órgãos têm seus componentes - ou

representantes - renovados ou reeleitos periodicamente, todos os cidadãos que tenham atingido a maioria têm o direito de votar e possuir igual peso de voto, todos os eleitores têm liberdade para votar conforme a sua livre escolha e os partidos políticos podem disputar livremente por representação. No entanto, este Estado democrático apresenta fissuras causadas pela descendência de um modelo patrimonialista, por um longo período de ditaduras, mas, principalmente, por iniquidades sociais persistentes que impedem parcelas significativas da população de acessar bens necessários para a sobrevivência ou para uma vida minimamente digna - conforme os critérios definidos por O'Donnell (2011). Autores como Sergio Buarque de Holanda (2007) e Raymundo Faoro (1989), embora caracterizem a sociedade brasileira de formas distintas, argumentam que a tradição sociocultural do país é um fator de grande influência na organização social atual e mesmo no sistema político contemporâneo. Para ambos os autores, a “herança cultural” do país determina fortemente o comportamento dos sujeitos e a forma como se organizam.

Sérgio Buarque de Holanda, em sua obra “Raízes do Brasil” (2007), constrói sua análise sobre a colonização brasileira diferenciando os aspectos valorativos das metrópoles ibéricas, colocando em oposição Espanha e Portugal. Definindo-as a partir de dicotomias, tais como o trabalhador e o aventureiro, Holanda caracterizou a colonização portuguesa como influenciada pela predisposição do colonizador à aventura e não ao trabalho, prevalecendo o tipo patriarcal e escravocrata de núcleo familiar. Neste contexto, as relações sociais eram fortemente baseadas em laços sanguíneos que forneceram um modelo da composição social altamente desequilibrado, excludente e racista. É em função desse cenário que posteriormente, já com a declaração de Independência do Brasil, se tornará muito difícil “aos detentores de posições públicas de responsabilidade, formados por tal ambiente, compreenderem a distinção fundamental entre os domínios do privado e do público” (HOLANDA, 2007, p. 145-146). Deste modo, a democracia brasileira pode ser vista como algo corrompido, em virtude destes traços tradicionais levarem a tomadas de decisões particularistas, refletindo a concentração do poder político em uma elite que acaba, também, por concentrar o poder econômico.

Raymundo Faoro (1989) reitera a análise de Holanda, argumentando que o poder, no Brasil, esteve concentrado nas mãos de uma elite desde nossa formação social e política. A colonização portuguesa e a formação do Brasil estão atreladas ao que o autor conceitua como “patronato político”. Estes “donos do poder” atuavam na máquina política e administrativa de acordo com interesses particulares e com a manutenção de um status, garantido pelo poder central, o “estamento burocrático”. Esse estamento é representado tanto pelo fazendeiro quanto pelo senhor de engenho e pelo Coronel, devido à ausência de “quadro administrativo”. É, portanto, esse estamento que dirige as esferas econômica, política e financeira, comandando a administração de forma patrimonial, concentradora e excludente. A continuidade deste modelo patrimonial tradicional é explicada, também, por Schwartzman (1988), que acrescenta a noção

de “neopatrimonialismo”. Este autor explica que os padrões de relacionamento entre o Estado e a sociedade passam por uma estrutura burocrática pesada, porém ineficiente; os que comandam a estrutura burocrática tornam-se “déspotas” e a sociedade cada vez menos representada. Para funcionar, o jogo político precisa “cooptar” setores importantes da população (e, ao cooptar alguns setores, acaba por excluir outros).

Nos três autores supracitados, o quadro político brasileiro implica em um Estado no qual as relações pessoais têm mais valor que as leis, incorporando assim, valores privados ao espaço público. Diante desse panorama em que os poderes econômico e político centralizam-se em uma elite antidemocrática, gerou-se uma cultura política personalista e uma cidadania quase ausente (BAQUERO, 2008). Isso não significa dizer que os cidadãos brasileiros sejam, necessária e permanentemente, passivos: ao longo da história, a luta pela emancipação da cidadania fez-se presente, como na luta do movimento negro ou do movimento de mulheres. O problema que parece se apresentar é que durante muito tempo os direitos civis, como o direito à garantia fundamental da vida, o direito à liberdade e o direito à igualdade, foram completamente negligenciados ou sobrepostos por outras prioridades políticas.

Esse cenário gradativamente altera-se com o processo de urbanização e industrialização promovida pelo Estado durante os anos 1950, na era Vargas. É a partir dessa época que a sociedade, outrora majoritariamente rural, concentradora, desigual e calcada no latifúndio agrário, passa a tornar-se cada vez mais urbana e industrial, com a substituição das relações pessoais por relações impessoais, e a substituição do “feudalismo brasileiro” pelo capitalismo patrocinado pelo Estado. Esse processo continuou durante o período ditatorial, mas deixando intocada a situação de concentração de renda nas cidades (agora de uma burguesia financiada pelo Estado). Uma massa populacional fugindo da miséria do campo dirigiu-se aos grandes centros urbanos buscando condições de vida mais dignas, mas lá se concentrou nas periferias, compondo o rico e moderno cenário urbano com as imensas favelas (FONSECA, 1989).

Acompanhando o contexto latino americano, o Brasil viveu de 1964 a 1984 um período de ditadura militar, ou como define O’Donnell (1986) esteve sob um regime burocrático-autoritário. Outrossim, a instauração do regime militar pode ser compreendida como uma ação com o objetivo de ratificar a dominação do Estado sobre a sociedade, mantendo-a sob controle das elites no poder e estabelecendo canais específicos de representação e acesso às esferas de decisão (DE RIZ, 1986). Deste modo, se reforçava o modelo de cidadania pautada pelo Estado construído no país, cujas principais marcas são a apatia e o afastamento da população em relação à política (CARVALHO, 1996).

Sobre o período da transição democrática, José Álvaro Moisés (1995) afirma que, apesar de ter havido a participação cívica, o processo foi caracterizado pelo controle dos detentores do poder. A democratização brasileira foi longa, marcada por negociações entre a elite e a oposição, e teve como pontapé inicial o governo de Geisel, em 1974, que manteve os

militares participando “diretamente das negociações e dos pactos estabelecidos, com o objetivo de uma abertura política, lenta, segura e gradual” (AMORIM, 2011, p.125). A transição política brasileira foi, portanto, um processo – mais uma vez, verticalizado – de negociação e de liberalização.

A democracia nasceu sob arranjos políticos e a população não pôde desfrutar plenamente da vivência democrática, pois os acordos da direção política acabaram por manter a continuidade das elites autoritárias e conservadoras (ARTURI, 2001). Nas eleições para a Assembleia Constituinte, por exemplo, boa parcela dos deputados eleitos haviam sido membros da antiga Aliança Renovadora Nacional (ARENA), partido que apoiava a ditadura. José Sarney (Partido do Movimento Democrático Brasileiro, PMDB), vice presidente, que assumiu a presidência do país após a morte de Tancredo Neves, havia pertencido à ARENA por 20 anos, tendo sido até presidente da legenda. O primeiro presidente eleito por voto direto após a democratização, em 1989 pelo Partido da Renovação Nacional (PRN), Fernando Collor, havia sido filiado à ARENA e nomeado pela ditadura prefeito de Maceió em 1979. Na verdade, “reformistas do regime autoritário foram os herdeiros políticos privilegiados do processo de transição” (ARTURI, 2001, p. 26). Neste mesmo sentido, Da Matta (1993) define a sociedade brasileira como híbrida, por mesclar uma identidade horizontal baseada no direito natural com uma identidade vertical, marcada pela preponderância das tradições e da continuidade cultural.

Sobre o período democrático, Moisés e Carneiro (2008) afirmam que apesar de a democracia brasileira poder ser compreendida como consolidada por ter alcançado o chamado “ciclo virtuoso” de estabilidade política e alternância de poder somados ao amplo apoio da sociedade, parte significativa da população não confia nas instituições públicas e não se mostra satisfeita com o funcionamento do regime. Esta discrepância entre adesão normativa ao regime e a avaliação que os cidadãos fazem do funcionamento da democracia na prática pode indicar que a oferta de democracia é insuficiente em relação à demanda dos cidadãos; isto é, a atuação do governo e das instituições não tem sido eficiente em suprir as expectativas dos indivíduos para com o regime (MOISÉS, 2008). No que diz respeito ao comportamento dos atores políticos e suas práticas, Moisés (2008) aponta para o problema da continuidade das práticas de corrupção, visto que nem o impeachment de um presidente e a punição de parlamentares, resultaram no aperfeiçoamento e na reforma dos mecanismos institucionais e do marco jurídico que poderiam controlar estes hábitos anti-republicanos.

Além destes fatores que afetam a qualidade da democracia, o mesmo autor afirma que há outras limitações de ordem institucional que comprometem o funcionamento do regime. O país é palco de violações de direitos fundamentais de setores mais pobres da sociedade, exclusão desta camada da população ao acesso de direitos civis - não havendo um tratamento justo e equânime a todos perante os tribunais de justiça, este estrato também é vítima de violência policial e de organizações criminosas que atuam associadas a alguns de seus agentes

(IDEM, 2008). Deste modo, mesmo apresentando progresso no que diz respeito à competição e participação política, o Estado brasileiro não tem conseguido colocar em prática normas fundamentais da constituição democrática vigente. Deste modo, se configura um paradoxo desfavorável à democracia no país, pois ao mesmo tempo em que a sociedade apresenta um vasto apoio ao regime, há uma ampla desconfiança dos cidadãos nas instituições políticas associada aos déficits de seu funcionamento (MOISÉS, 1995).

Dentro deste debate acerca do impacto do desempenho das instituições políticas brasileiras na consolidação da democracia, Carvalho (2002) afirma que a temática referente ao desenvolvimento da cidadania se tornou muito presente no discurso político após a ditadura, gerando muita expectativa de que a democracia traria progresso neste sentido. Contudo, os avanços foram poucos e os próprios instrumentos institucionais e agentes do regime democrático, como os partidos e o Congresso, têm sua imagem desgastada e não gozam da confiança dos indivíduos (CARVALHO, 2002). Além disso, ainda no que diz respeito à construção da cidadania no país, o autor argumenta que nunca houve equilíbrio na promoção de direitos; o direito social precedeu e ganhou maior ênfase por parte das políticas públicas do que os direitos civis e políticos desde o regime varguista, sem que com isso fossem sanados problemas como a profunda desigualdade social e o analfabetismo. Assim como Moisés (2008), Carvalho (2002) aponta para o problema da deficiência do Estado na oferta de direitos, da falta de segurança individual e à integridade física e do acesso limitado à justiça. Criou-se, assim, uma estadania ao invés de cidadania, em que todas as transformações sociais e políticas são verticalizadas, boa parte da população desconhece seus direitos e quais são os canais para acessá-los, e as relações entre os atores políticos e a população são marcadas pelo clientelismo e pelo personalismo (IDEM, 2002).

Por conseguinte, a construção da democracia e o fortalecimento de uma cultura política democrática no Brasil têm enfrentado substanciais dificuldades: primeiramente, os seus partidos políticos não conseguem se estabelecer enquanto mecanismos de mediação entre Estado e sociedade; além disso, a não estabilização de uma economia que promova parâmetros básicos de redistribuição de riqueza e a onda generalizada de corrupção no âmbito institucional comprometem o desenvolvimento da cidadania e de valores democráticos (BAQUERO, 2001). Conforme o mesmo autor, o resultado deste quadro é uma queda acentuada da confiança e da satisfação que os brasileiros têm com a atuação das principais instituições democráticas e da classe política. A manutenção do modelo de enriquecimento de uma pequena camada da sociedade a despeito de uma maioria que sobrevive sob as incertezas da economia de mercado e o não atendimento de suas demandas e direitos básicos, tem feito com que perdure a fragilização dos laços sociais e a institucionalização do individualismo, resultando em que, de certo modo, as instituições democráticas fiquem a serviço da manutenção do *status quo* de dominação e não da implementação de liberdades e da igualdade em si (IDEM, 2001).

A durabilidade do modelo democrático parece se sobrepôr aos custos sociais de sua precariedade, visto serem eles internalizados e pagos com o aumento da pobreza e da exclusão social, ao passo que os lucros são externalizados, beneficiando os defensores da globalização. Por efeito dessas características, que operam contra as instituições democráticas, a democracia funciona cada vez mais antidemocraticamente e antiinstitucionalmente. (BAQUERO, 2001; pp. 102)

Mesmo com essa continuidade, não se pode negar que a democracia brasileira avançou em muitos aspectos; a Constituição Democrática e a evolução do processo eleitoral evidenciam isso. Já durante o governo Lula, por exemplo, medidas visando à emancipação da cidadania com democratização de recursos e oportunidades foram adotadas, tais como as políticas públicas que promoveram a democratização do ensino (GONZÁLEZ, 2010). De um modo geral, este é o quadro político, social e cultural formado no Brasil, de acordo com a literatura; na próxima seção poderemos observar de que maneira se estruturaram estas mesmas esferas no contexto uruguaio.

3.2 O caso Uruguaio

A fim de entender-se o funcionamento da democracia no Uruguai, também se faz necessário retomar alguns aspectos de sua história política e social. Primeiramente, é importante ressaltar que esforços para consolidar a institucionalidade democrática no país, foram constituídos por um período de longa duração, que atravessou o século XX. Ao longo deste, o Uruguai veio produzindo uma série de reformas constitucionais e legislativas, que foram fatores para a ampliação da cidadania, o aumento da participação eleitoral, representação de diferentes partidos no governo e maiores garantias ao sufrágio.

Na tentativa de melhor elucidar algumas características histórico-políticas do país, é pertinente aqui um breve comentário sobre os partidos tradicionais uruguaio, que se encontram entre os mais antigos do mundo. O Partido Nacional (ou Blanco) foi fundado em 1836, e igual aconteceu com o Partido Colorado. A divisão social uruguaia teria seu reflexo no sistema partidário dividido entre centro e periferia (CAWEN, 2008). O Partido Blanco refletia os interesses do interior rural, dos povos e dos grandes proprietários de terras, já o Partido Colorado representava os interesses dos centros urbanos, particularmente Montevideú, e refletia os grupos sociais emergentes, oriundos da vinda de mão-de-obra imigrante. Estes dois partidos detiveram o poder na maior parte do período democrático uruguaio, sendo que o clientelismo se colocou como uma prática frequente de relacionamento entre estes partidos e a sociedade civil

(IDEM, 2008). Blancos e Colorados somente perderam sua hegemonia no governo nacional em 2005, quando a esquerda ganhou pela primeira vez as eleições presidenciais.

É necessário retornarmos ao século XIX, para que possamos entender como se deram as mudanças em direção a uma democracia mais ampla no país. Naquele período, as práticas fraudulentas em eleições eram recorrentes, a tal ponto que o ministro britânico no Uruguai em 1907 denunciou tal prática dizendo que a mesma era feita de maneira inescrupulosa e reclamou da indiferença e apatia da população frente a tais fraudes (CAWEN, 2008). Doravante, em 1910, entrava em vigor a lei do voto duplo simultâneo, também conhecida como Ley de Lemas¹, que se manteve intocada até a reforma de 1996².

Segundo os autores Barran e Nahun (1967) a democracia política uruguaia nasceu de fato com as eleições da Convenção Nacional Constituinte eleita através do voto popular em 1916 a fim de estabelecer uma reforma constitucional. Em 1918 promulgou-se uma nova constituição que consagrou o voto secreto, assim como a representação da minoria também ganhou espaço. As mulheres passaram a participar das eleições em 1938 e em 1970 o voto se tornou efetivamente obrigatório. Em conjunto com a ampliação da cidadania, foram acontecendo reformas legislativas e constitucionais, concedendo maiores garantias eleitorais à população. Devido à persistência de práticas fraudulentas, em 1923 se formou uma comissão de todos os partidos com representação parlamentar, na qual foram estabelecidos uma série de mecanismos a fim de aumentar as garantias eleitorais e desarticular mecanismos de fraudes. A maioria destes mecanismos tem contribuído para dar confiança aos cidadãos sobre a transparência eleitoral.

Cabe aqui uma referência a um dos períodos não democráticos do Uruguai. À diferença de outros países latino-americanos em que as forças armadas tomaram os governos eleitos constitucionalmente, no Uruguai foi o próprio presidente – Juan María Bordaberry, em 1973, que firmou o decreto de dissolução do Parlamento, finalizando o processo de golpe de Estado e convertendo-se, com o apoio dos militares, em ditador (SAN MARTIN, 2008 p. 191), embora posteriormente tenha sido deposto pelos mesmos. Na década de sessenta, o país passa por uma grande inflação, especulação financeira e aumento da dívida externa que acarretaria em grandes mudanças políticas nas décadas seguintes. As grandes mobilizações sociais, que serviam como demonstrações da insatisfação popular, foram respondidas com repressão e autoritarismo dos governos; além disso, diversos partidos e movimentos sociais identificados como oposição ao regime foram suspensos. Mesmo dentro deste contexto de mobilizações e repressão, em 1980 se

¹Leyde Lemas: Cada partido ou coalizão de partidos era um lema. Cada lema poderia ter vários sublemas e em tais sublemas existia uma lista de candidatos, que normalmente se agrupavam de acordo com suas ênfases e preferências políticas. O eleitor votava em uma lista de candidatos que formava um sub-lema.

² Reforma eleitoral de 1996: passa a ser exigida a realização de eleições internas, simultâneas e abertas para todos os partidos, sem a obrigatoriedade do voto. Resultando, a nível nacional, na definição de um único candidato a presidente dentro do partido político. Modificando, ainda, a fórmula para a eleição do presidente, passando a valer a maioria absoluta em dois turnos. (Buquetet al., 1998).

plebiscitou uma reforma constitucional proposta pelos militares e o resultado do plebiscito foi favorável ao “NO” com 57,9% dos votos.

Analisando-se o período pós-ditadura, segundo Caetano e Rilla (apud CAETANO, 2005, p. 19) a transição democrática somente se iniciou de fato com as eleições de 1984 com a eleição de autoridades constitucionalmente eleitas e não no último período da ditadura uruguaia (1980-1985) que estes caracterizam como uma ditadura transicional. Nos governos pós-ditadura houve uma nítida melhora na economia do país e na diminuição da pobreza, o que levou nesta época o Uruguai ao posto de país mais igualitário da América Latina (CAETANO, 2005).

Segundo Serna (1998), se fizermos uma análise sobre a democracia no Uruguai, um dos fatores a destacar é o de que na cultura política uruguaia a confiança na resolução eleitoral dos dissensos políticos é uma constante, todos os atores políticos aceitam o ato eleitoral como uma expressão cidadã legítima – e inapelável – do jogo democrático (SERNA, 1998 p. 149). Conforme o mesmo autor, um dos fatores seria a tradição, em que ele associa a estabilidade do regime democrático como a existência e reprodução de uma tradição democrática pluralista. Defende que nesta análise a democracia uruguaia foi resultado de um conjunto de crenças políticas transmitidas ao longo das gerações.

Neste mesmo sentido, González (2011) salienta que o Uruguai é um dos países da América Latina que possui um histórico longo de um sistema partidário consolidado e de eleições periódicas, sugerindo que a cultura política no país contribui para a estabilidade do regime, além de ser positivamente influenciada por instituições democráticas sólidas. Com isso, é possível observar que a história política e institucional do Uruguai é marcada, de um modo geral, pela adesão popular à democracia e pela constante tentativa de um aperfeiçoamento de seus mecanismos de representação. Mesmo apresentando, ao longo de sua história, fenômenos como corrupção, clientelismo e período ditatorial, a população uruguaia apresenta índices considerados altos, em especial no contexto da América Latina, de atitudes políticas consideradas como democráticas, além de apoio à democracia e confiança em suas instituições (Moisés, 2008).

Igualmente, Gelpi (2007) aponta outros fatores interessantes em relação à cultura política do Uruguai, que vão ao encontro dos argumentos apresentados pelos autores anteriormente citados. O autor afirma que o Uruguai é um dos poucos países que possuem o regime democrático como preponderante ao longo de sua história. Além disso, é destacado que a população uruguaia é uma das que mais acreditam no voto como um instrumento de mudança e mais confiam no funcionamento de suas instituições democráticas (como o Parlamento, os partidos e o poder Judiciário). A população uruguaia é, na América Latina, a que mais atribui fatores ao conceito de democracia; citando, por exemplo, que democracias são regimes que oferecem igualdade e justiça, governos por e para o povo e liberdades individuais. No que diz respeito à diminuição da pobreza, o mesmo autor destaca que o Uruguai é o segundo país na

América Latina com menor índice de pobreza – perdendo apenas para o Chile. Concluída a contextualização histórica dos casos latino-americanos do Brasil e do Uruguai, parte-se para a análise da formação das estruturas sociais, políticas e culturais dos casos europeus, iniciando pela Espanha.

3.3 O caso Espanhol

Para poder compreender a formação da cultura e da estrutura política e social espanhola, é necessário examinar fatores de sua história, em especial em períodos cruciais como o da Guerra Civil e do regime franquista. A história política espanhola foi caracterizada por um contexto de descontinuidade dos regimes políticos e suas etapas, o período de 1874 a 1936 foi palco de distintos modelos de Estado: a monarquia Constitucional, a ditadura do General Primo de Rivera e a II República (VINUESA TEJERO, 2006). O século XIX foi marcado por fatores como conspirações políticas, intrigas e corrupção; esta última, geralmente, com foco nos municípios e grandes cidades, fundamentalmente, sob a forma de clientelismo e caciquismo (IDEM, 2006) - analogamente ao clientelismo e coronelismo brasileiros. Conforme a mesma autora, o que se tinha por objetivo na II República era acabar com a corrupção política e criar meios de participação para recuperar o interesse em política dos cidadãos. Contudo, além de o país não conseguir realizar o projeto de se tornar um Estado Moderno, ainda acabou por resultar no acirramento dos posicionamentos políticos radicais e em uma consequente Guerra Civil que durou três anos.

A partir deste contexto, ocorreram sucessivamente os cinco fenômenos definidos por Montero e Torcal (1990) como fundamentais para a formação da sociedade espanhola: 1) a Guerra Civil de 1936 a 1939 – que foi violenta e repleta de episódios traumáticos; 2) a instauração do regime autoritário, com a dura repressão e a promoção de valores antidemocráticos, desmobilizadores e antipartidários; 3) o processo de industrialização iniciado nos anos 1970 e as mudanças estruturais causada por ele; 4) o enfraquecimento político do franquismo e o início da substituição da ditadura para o regime democrático; e 5) a instauração gradual e pacífica da democracia a partir de 1976. A Guerra Civil espanhola ocorreu em meio a um contexto de conflitos políticos acirrados entre os membros da II República, que tinham um posicionamento mais liberal e progressista, e as forças políticas de oposição, em geral a elite agrária com apoio da igreja católica – que, por sua vez, tinham um comportamento mais conservador.

A guerra teve início em 1936 com a tentativa de golpe de Estado dado pelos militares impulsionados pelos insatisfeitos com o atual regime político e teve fim em 1939 com a vitória destes e instauração da ditadura franquista. Conforme Aguilar (2011), a Guerra Civil espanhola

marcou fortemente a história e o comportamento político do país. O conflito foi extremamente violento e caracterizado pelo não cumprimento das normas internacionais do direito de guerra, fazendo com que muitas pessoas se tornassem refugiados ou presos políticos (GIL, 2009). Além disso, o final da Guerra Civil significou o início da ditadura mais duradoura da Europa no entre-guerras, perfazendo quase 40 anos de repressão.

O regime ditatorial, conduzido pelo general Francisco Franco, manteve o ambiente de repressão, radicalismo e violência iniciados na Guerra Civil (AGUILAR, 2011; GIL, 2009). O início da gestão franquista foi caracterizado por brutalidades e injustiças por parte do governo em relação aos perdedores da guerra e aos que se colocaram contrários a qualquer ordem do novo regime; estima-se que Franco executou aproximadamente cinquenta mil pessoas e que o número de prisioneiros em campos de concentração tenha sido superior a 300.000. Além disso, centenas de milhares de pessoas foram obrigadas a exilar-se (AGUILAR, 2011). Durante o período ditatorial houve dura repressão e eliminação de direitos e liberdades públicas, foram cometidos crimes como detenções ilegais, execuções extrajudiciais e ocultação de cadáver. Além disso, era comum tribunais de exceção passarem por cima dos direitos dos acusados resultando em sentenças de morte. Outrossim, Franco tomou medidas visando dismantelar o regime republicano, tentando proibir partidos políticos, sindicatos e perseguir qualquer manifestação de dissidência política, religiosa e moral (GIL, 2009).

Vinuesa Tejero (2006) afirma que o regime franquista adotou uma postura mais pragmática de 1960 a 1975 aceitando a entrada no governo de ministros tecnocratas, devido ao processo de deterioração do regime com o aumento da luta da classe operária, a ineficiência em lidar com os problemas econômicos, e a mudança crescente de comportamento da população em relação ao regime e a demandas por liberdade e democracia. A derrocada final da ditadura franquista combina o ressurgimento do Partido Socialista no início da década de 70 e a morte de Franco em 1975; com isso, os pilares do regime desmoronam, mesmo que grupos franquistas ainda tenham conseguido manter parte do poder repressivo por mais dois anos, até ocorrer a primeira eleição democrática em mais de quatro décadas (IDEM, 2006).

A democratização espanhola pode ser definida como, essencialmente, pacífica, gradual e consensual: essas características foram conferidas ao processo devido ao esforço uníssono dos atores políticos em não repetir os erros da Guerra Civil, isto é, fazer a transição livre de disputas políticas, rupturas e confrontos (CALVO-SOTELO, 1995; GIL, 2009; AGUILAR, 2011). Contudo, na mesma medida em que estas atitudes garantiram um ambiente tranquilo e moderado para o processo, acabaram por fomentar um caráter permissivo do novo regime para com os crimes levados a cabo durante a ditadura, desencorajando os governos democráticos subsequentes a realizar políticas de reparação e punição (AGUILAR, 2011; STUCKI, 2004). Conforme Gil (2009), o pacto de silêncio e esquecimento configurou um importante componente da nova democracia, no qual a justiça foi sacrificada em favor da paz. Este pacto

teve como principal marco a “*Ley de Amnistia*” 46/1977, que reparou aqueles que haviam sido privados de sua liberdade injustamente durante a ditadura, mas também institucionalizou a impunidade dos crimes cometidos pelo antigo regime. Além disso, após a morte de Franco não houve reformas nas instituições mais presentes durante a ditadura, como o exército, a polícia e o Judiciário, nem houve uma ação imediata para eliminar símbolos franquistas presentes no país, como monumentos em homenagem ao ditador (IDEM, 2009; BIESCA, 2006).

Deste modo, o êxito da democratização espanhola se dá devido ao amplo acordo de identidade nacional e legitimidade da qual o regime gozou em seu início, associado ao consenso tácito entre elites políticas e população em realizar o processo de maneira não conflituosa em negação ao seu passado violento (CALVO-SOTELO, 1995; CALERO, 2003). Conforme Calvo-Sotelo (1995), a democracia se transformou em um valor fundamental que guiou a política e foi intimamente ligado ao processo de modernização, resultado do consenso generalizado em torno da democracia como o melhor regime político para a Espanha. Contudo, autores como Stucki (2004), Aguilar (2011) e Biesca (2006) afirmam que o modelo espanhol de democratização pactuada, lenta, segura, gradual e, principalmente, de esquecimento voluntário dos crimes cometidos durante a ditadura não supera de fato os traumas e prejuízos causados pela Guerra Civil e pela ditadura franquista, pois optou por não reparar, compensar e punir a violência e as injustiças, configurando o que Biesca (2006) definiu como “modelo de impunidade”, que se constitui em uma das grandes questões pendentes da democracia espanhola. No entanto, é necessário ponderar que, a partir da década de 90, em especial após os anos 2000, houve um aumento significativo de associações que buscam reivindicar a revisão do passado, resultando em ações como a concessão de pensões a filhos de vítimas, a retirada de símbolos da ditadura de locais públicos, a condenação histórica do regime de Franco em 2002 e a *Ley de Memoria Historica en España* 52/2007 (IDEM, 2006). Sendo assim, os principais símbolos da identidade nacional e da democracia espanhola passam a ser a modernização, a europeização e a reconciliação (CALERO, 2003).

Após a transição, os primeiros anos de experiência democrática foram marcados por transformações importantes também nos âmbitos econômico, social, político e cultural, o que, por sua vez, tem tido impactos nos valores, atitudes e comportamentos dos cidadãos (BENEDICTO, 2006; LINZ, 1980). Conforme Linz (1980), o aumento da riqueza no país, mesmo que mal dividida, resultou em mudanças no modo de vida dos espanhóis, visto que a urbanização mudou drasticamente as relações sociais, e gerou migrações em uma nova composição da força de trabalho. Além disso, os velhos esquemas de dependência e as relações de clientela com os caciques locais tenderam a ser substituídas por relações mais contratuais, impessoais e objetivas, e a implantação do sistema democrático representou a iniciação do processo de modernização, bem-estar social, realização de políticas sociais e universalistas de

educação e saúde, renovação cultural, presença no cenário internacional e incorporação na Europa (GARCÍA, 1988; BENEDICTO, 2006).

No entanto, Benedicto (2006) pondera que estes esforços para colocar em prática políticas sociais e distributivas levaram a altos gastos por parte do governo e à seguinte necessidade de realizar políticas de austeridade. Deste modo, as políticas econômicas espanholas têm mesclado atitudes para o estabelecimento de um Estado provedor com medidas liberais. Com isso, o modelo de cidadania desenvolvido é pouco definido, mesclando um alto grau de institucionalização de direitos cívicos com práticas cidadãs bem limitadas; doravante, o comportamento e atitudes dos indivíduos também têm a confluência de características tradicionais com características de sociedades pós-industriais (IDEM, 2006).

Além destas mudanças, a nova ordem social e política espanhola representou a alteração de um Estado unitário para um modelo de descentralização com comunidades autônomas. Neste sentido, García (1988) afirma que a combinação de descentralização com políticas assistencialistas significa uma maior independência das entidades locais e uma maior dependência e relação dos cidadãos com a esfera pública. Contudo, a superposição de competências e a falta de uma autêntica participação dos cidadãos na tomada de decisão podem implicar em desafios muito significativos a esta nova estrutura. De acordo com Linz (1980), a transformação de um Estado centralizado em um Estado regionalizado, com forte autonomia e heterogeneidade de certas regiões, representa um desafio à consolidação democrática, pois as regiões terão que enfrentar, entre outras coisas, demandas por políticas de grande porte apesar de não ter uma estrutura tão complexa e consolidada quanto a de um Estado.

Outro fator importante da dinâmica da democracia espanhola conforme Benedicto (2006) é a alta capacidade que os partidos têm de dominar e controlar a estrutura institucional, submetendo-as à sua lógica de confrontação política e deixando poucos espaços para que outros atores possam adentrar o espaço público, fazendo com que os cidadãos se sintam cada vez mais afastados da política e também com que aprovelem o regime, mas não aprovelem os atores e instituições do mesmo. Dentro deste mesmo viés, Calvo-Sotelo (1995) afirma que os espanhóis dão grande legitimidade à democracia, mas ao mesmo tempo têm percepção de não efetividade da mesma, apresentando baixos índices de satisfação, participação e interesse.

Ainda no que diz respeito aos partidos políticos do país, Gunther e Montero (s/a) afirmam que o modelo espanhol consensual e moderado transbordou para as estratégias eleitorais básicas e para o comportamento das elites no Parlamento. Até 1982, a *Unión de Centro Democrático* (UCD) se coloca como partido dominante. No entanto, o seu fracasso em lidar com as crises econômicas e o grande número de demandas da população, fez com que o *Partido Socialista Obrero Español* (PSOE) ganhasse as eleições e que *Alianza Popular* (AP) ou, após sua refundação com viés um pouco mais moderado, Partido Popular (PP) – que possuía herança política, fundamentalmente, franquista – tomasse o seu lugar de protagonista no

bipartidarismo espanhol. Esta alteração no cenário partidário/eleitoral espanhol resultou em confrontos políticos mais polarizados e agressivos, em especial devido ao comportamento do PP enquanto oposição, configurando o que se convencionou chamar como a política de *crispación* ou de "rancor" (IDEM, s/a). Dentro deste contexto, Benedicto (2006) afirma que a cultura política espanhola é ambivalente, uma peculiar mistura de inovação e tradição, alternando influências do passado autoritário com as novas maneiras de entender a participação e a cidadania. Contudo, esses valores tradicionais, como a religiosidade e o potencial polarizador da política espanhola, vêm sendo progressivamente reduzidos pelo aumento da modernização e da secularização no país (GUNTHER e MONTERO, s/a; MONTERO, 1986; HERNÁNDEZ SÁNCHEZ, 2010).

O período de consolidação democrática na Espanha foi marcado, também, por um fenômeno comum a outros países no mesmo período do processo: o desencantamento, isto é, a população se mostra insatisfeita em relação ao regime por ter criado muitas expectativas no momento da transição que não teriam sido cumpridas posteriormente: os principais sintomas desta situação são a presença da apatia e do desinteresse (MONTERO, 1992). Neste sentido, Gunther e Montero (2003) afirmam que a satisfação com a democracia na Espanha tende a flutuar junto com a situação econômica do país. A transição se deu em meio a sucessivas crises econômicas, além de escândalos de corrupção e críticas ao modo de financiamento dos partidos, o que acabou por abalar a opinião pública em relação ao funcionamento do regime (MONTERO, 1998; TORCAL, 2014). Este contexto associado ao cenário de distribuição de renda e desigualdade social explicam a convivência de valores materialistas com pós-materialistas e a elevada atitude reformista dos espanhóis (TORCAL, 1992; MONTERO e TORCAL, 1994). No entanto, a insatisfação com a democracia, o desinteresse pela política e a desconfiança das instituições na Espanha, fomentadas fortemente pelas crises econômicas, não resultam em perda da legitimidade do regime (TORCAL, 2008; MORÁN, 1999).

O apoio incondicional à democracia demonstrado na Espanha foi fruto da trajetória política violenta e conturbada do país e do pacto político inclusivo realizado durante a transição. Isto é, foram deixadas de lado questões ideológicas e a disputa histórica entre esquerda e direita para focar em um bem em comum e em um único objetivo: a consolidação da democracia, estabelecendo, assim, um cenário de credibilidade e legitimidade perante a população (TORCAL, 2008; MONTERO, 1992; CALVO-SOTELO, 1995). Sendo assim, a cultura política espanhola passou por diversas transformações ao longo do último século, mas alguns padrões sobreviveram às mudanças políticas e sociais e à passagem do tempo (MONTERO e TORCAL, 1990).

Durante o período de ditadura, a população tinha uma cultura política basicamente reativa, visto que era essencialmente desinteressada da vida política, apenas respondendo aos estímulos políticos de maneira defensiva e autoritária. A queda do franquismo e a transição para

a democracia começaram a provocar mudanças neste quadro: a partir dos anos setenta, começa a surgir uma série de atitudes pró-democráticas entre os espanhóis, aprovação de liberdades e apoio massivo à implantação de um regime democrático (IDEM, 1990). O comportamento das elites durante a consolidação do regime e a construção de bases institucionais fortes acabou por sedimentar o regime e sua legitimidade incontestável, mesmo em momentos de crise econômica e em uma sociedade ainda desinteressada e cínica em relação à política (MONTERO e TORCAL, 1990). Doravante - descritos os fatores e acontecimentos apontados pela literatura como fundamentais na formação política, social e cultural da Espanha - cabe analisar, na seguinte seção, de que maneira se deu a construção da mesma estrutura no caso finlandês.

3.4 O caso Finlandês

A Finlândia é um país nórdico que fez parte do Reino da Suécia desde o século XI até 1809. Após isso, foi anexada à Rússia, sendo definida como um Grão-Ducado autônomo até dezembro de 1917, quando declarou sua independência, elaborando em 1919 sua primeira constituição (FINLÂNDIA, 2015). Um fator interessante a se observar sobre sua formação durante estes processos é que seu território se manteve praticamente inalterado, isto é, a porção territorial que se definiu como Finlândia após o processo de independência, permaneceu praticamente igual ao que era durante os diferentes domínios (HÄKLI, 1999). A formação da estrutura política e social da Finlândia passa, fundamentalmente, pela sua independência do Império Russo em 1917 – durante a revolução bolchevique e o final da primeira Guerra Mundial, o seu caráter autônomo em relação ao mercado internacional, seu posicionamento de neutralidade durante a Guerra Fria, seu perfil de desenvolvimento econômico associado ao seu caráter isolacionista e de alta capacidade de adaptação e seu longo histórico democrático e de valorização da igualdade e da liberdade dos seus cidadãos (OLIVEIRA, 2011). Nem mesmo a pressão exercida pela Rússia durante o processo de independência e da então União Soviética durante a Guerra de Continuação - na qual a Finlândia acabou por ceder parte do seu território em 1944 - fizeram com que o país perdesse esse seu posicionamento independente e democrático (FINLÂNDIA, 2009).

Contudo, conforme Häkli (1999), as estruturas políticas e territoriais da Finlândia – assim como de outros Estados que se tornaram independentes durante o mesmo período – foram substancialmente influenciadas pela conjuntura de seus antigos dominadores. Os sistemas jurídicos e administrativos finlandeses foram herança do período em que faziam parte do reino sueco, ao passo que a forma territorial e as estruturas governamentais estaduais foram formadas durante sua atuação enquanto um grão-ducado russo autônomo (HÄKLI, 1999). Assim, como boa parte dos estados nacionais criados no final e no pós Segunda Guerra, a Finlândia adquiriu

um papel secundário na cena política internacional, que por sua vez, já era controlada pelas já consolidadas potências europeias, como Inglaterra, Alemanha e França (IDEM, 1999).

Devido ao fato de território finlandês ter se mantido praticamente intacto durante os diferentes domínios, os principais esforços após o processo de independência em relação à construção da identidade nacional do país foram no sentido de fundar uma unidade simbólica, de formar uma cultura – tradição – finlandesa (HÄKLI, 1999). Sendo assim, nacionalismo finlandês, diferentemente de outros estados, não surgiu como um instrumento das massas contra a estrutura política do Estado e possíveis formas de opressão, o nacionalismo na Finlândia foi amplamente apoiado pela elite do país (IDEM, 1999). Häkli (1999), afirma ainda que apesar de majoritariamente coesa, a população finlandesa possui dois grupos culturais minoritários que buscaram reivindicar sua autonomia cultural, os finlandeses cujo idioma era o sueco e não o finlandês e o grupo étnico chamado *Sámi*.

A Finlândia é uma democracia parlamentar unicameral com 200 membros eleitos de quatro em quatro anos por voto direto, e seu chefe de Estado é um presidente da república eleito a cada seis anos – por no máximo dois mandatos, além disso, é membro das Nações Unidas e da União Europeia desde 1995. Outrossim, tem como principal marca o seu alto padrão de educação, seguridade social e sistema de saúde, todos financiados pelo Estado (FINLÂNDIA, 2015). Deste modo, atualmente a sociedade finlandesa vive um contexto de progresso material conjugado com uma vida cultural, esportiva e educacional de qualidade, associada ao progresso inovador nas áreas da ciência e tecnologia (OLIVEIRA, 2011).

Fortalecendo seu caráter altamente democrático, a Finlândia foi o primeiro país europeu a introduzir o sufrágio universal nas eleições parlamentares em 1906, e em 1967 todos os cidadãos com mais de 18 anos tinham direito ao voto. Na contramão da maior parte das sociedades no mundo, as mulheres finlandesas têm o direito ao voto nas eleições municipais desde 1906 e em 1907, já nas primeiras eleições do Parlamento de câmara única, conquistaram 19 das 200 cadeiras disputadas (FINLÂNDIA, 2009). No que diz respeito à política partidária, o partido tradicionalmente dominante tem sido o Social Democrata, definido como de centro-esquerda. Além deste, os maiores partidos do país são o Partido do Centro (em sua origem União Agrária) e o Partido de Coligação Nacional, ambos de direita, e a Aliança de Esquerda e a Aliança dos Verdes, ambos de esquerda (HEATH e WINTHER, 1996).

Ao analisar a trajetória econômica e industrial do país, pode-se dividir o seu desenvolvimento em duas etapas principais – pré e pós crise da década de 1990. A depressão econômica sofrida pela Finlândia durante os anos de 1990 foi causada pelo declínio do seu comércio externo, pelo aumento da competitividade industrial internacional e pela desregulamentação rápida dos mercados financeiros e das importações de capitais; doravante, em 1991 o cenário era de perda da competitividade nos preços, déficits recordes na balança de pagamentos e inflação acelerada, resultando na falência de milhares de empresas e em

desemprego (HEATH e WINTHER, 1996). Dado este contexto, o sistema político, que era frequentemente pacífico e estável, entra em um período de conflitos e pequenas rupturas (NEWTON, 2006). Pela primeira vez em vinte anos, um primeiro ministro conservador, Harri Holkeri, foi eleito, e com isso o governo impôs um programa econômico radical causando uma desavença aberta com o Banco Central que acabou por resultar na demissão de seu diretor em 1992. Além disso, surge a ameaça de uma greve geral, um ministro do gabinete renuncia ao seu cargo e outro ministro é forçado a demitir-se do Parlamento devido a um caso de corrupção – ambos eventos absolutamente raros e sem precedentes na política finlandesa (IDEM, 2006).

No entanto, na segunda metade da década de 1990 a “nova economia” começa a ser estruturada e o jogo político volta à sua normalidade. A partir disto, o país começa a retomar o rumo do crescimento e da estabilidade. Em 1995, o novo governo finlandês – composto por cinco partidos: Sociais Democratas, o Partido de Coligação Nacional, a Aliança de Esquerda, o Partido Popular Sueco e os Verdes – teve como principal objetivo e desafio a redução do desemprego, a promoção do crescimento econômico e a estabilização dos preços. Deste modo, o país, que até então tinha como prioridade o estabelecimento e aprimoramento de um Estado de bem-estar social em que a sociedade seja altamente igualitária e cujos direitos fossem assegurados pela proteção e pelo amparo estatal, passa a adotar medidas como o aumento das contribuições pagas pelos trabalhadores para a segurança social (IDEM, 1996). Nesta mesma esteira, Oinas (2005) afirma que foi justamente a crise que oportunizou a troca do arranjo econômico defasado por novas combinações eficientes.

Com isso, a Finlândia conquista altos postos nos índices de desenvolvimento humano, educação, competitividade e especialização na área de tecnologia da informação e comunicação (TIC) (IDEM, 2005). Desta maneira, mesmo com as transformações em sua estrutura industrial, o país mantém seu modelo pautado pelos princípios igualitários de direitos e distribuição de renda, coesão social e equidade entre classes (OLIVEIRA, 2011). Neste mesmo viés, Heath e Winther (1996) afirmam que as despesas com bem-estar social eram relativamente modestas até o início da década de 1970; contudo, o desenvolvimento de sistemas de pensão e os melhoramentos nas condições de saúde e serviços sociais colocaram a Finlândia no mesmo patamar da Europa Ocidental. O sistema adotado pelo país se comportava de maneira independente às estruturas familiares e às condições de mercado, atenuando eficientemente as desigualdades sociais e levando a pobreza a níveis irrelevantes. Conforme os mesmos autores, quando a Finlândia se tornou membro da União Europeia (em 1995), a sua legislação referente à segurança social, igualdade de oportunidades e saúde já estava em um nível igual ou superior à dos outros países membros.

Assim como o sistema econômico, a estabilidade do sistema constitucional finlandês perdurou até 1990. Neste ano, o Parlamento pediu ao governo para prosseguir com a preparação da reforma constitucional, com o objetivo de equilibrar os poderes do presidente da república,

do Conselho do Estado e do Parlamento, fortalecendo a autoridade deste último em relação ao presidente da república (MADARIAGA, 2001). Em março de 2000, o novo texto constitucional aprovado pelo Parlamento e promulgado pelo presidente da república passa a entrar em vigor. A nova Constituição finlandesa se configura como uma continuidade do texto original e, em especial, de um conjunto de alterações realizadas em 1991 que visavam restringir e/ou regular os poderes do presidente (IDEM, 2001).

Conforme, Madariaga (2001) o presidente finlandês necessitou de uma estrutura constitucional que lhe conferisse alto grau de ingerência durante o processo de estabelecimento de um Estado Independente. Contudo, com o passar do tempo, passou a se fazer necessária uma adequação da constituição que definisse um ambiente mais equilibrado entre os poderes. Outrossim, a partir de 1991 algumas medidas foram tomadas neste sentido, como, por exemplo, o mandato presidencial passou a ser limitado a um período de seis anos, podendo ser renovado consecutivamente apenas uma vez; além disso, para ser eleito, o candidato teria que obter mais da metade dos votos em um primeiro turno, ou a maioria dos votos em um segundo turno (caso ninguém obtenha mais de 50% dos votos na primeira etapa). Da mesma maneira, a partir da reforma constitucional de 2000, o Parlamento passa a eleger o primeiro ministro, cabendo ao presidente apenas indicar o candidato; o novo texto afirma também o papel preponderante do Primeiro Ministro no Conselho de Estado (IDEM, 2001). Estas mudanças foram executadas a despeito da rigidez constitucional do país, que exige a concordância de cinco sextos dos deputados no Parlamento, ou dois terços em casos previamente definidos como urgentes, para aprovar a alteração de uma lei (FINLÂNDIA, 2011).

No que diz respeito à estrutura de suas tradições e de sua cultura, Oinas (2005) argumenta que a Finlândia tem uma população pequena – cerca de 5 milhões – com redes sociais relativamente estreitas e ligações inter-setoriais facilitadas pelo padrão de igualdade dos mais variados estratos da sociedade. Outrossim, a população finlandesa é relativamente coesa, com um sistema escolar e universitário público gratuito que abrange todas as camadas sociais (praticamente não existem escolas privadas, apesar da ausência de impedimentos legais a isso), e o sistema universitário do país conta com 20 universidades - todas de propriedade pública e geridas publicamente. Além disso, atividades políticas, estudantis e sindicais ajudam a provocar interação e cooperação social; este efeito é potencializado, também, pela televisão nacional e outros meios de comunicação e, no caso dos homens, pelo serviço militar (conforme HEATH e WINTHER, 1996). Os mesmos autores salientam que a sociedade não só é pequena e coesa, mas também relativamente jovem, o que justificaria o fato da mesma ser flexível cultural e institucionalmente e aberta a influências externas.

Relacionando as abordagens referentes aos percalços superados pela Finlândia às transformações realizadas e à estrutura cultural coesa e cooperativa do país, Newton (2001; 2006) sugere que a confiança e a satisfação com o regime podem ter apresentado reflexos da

crise econômica experimentada na última década do século XX, mas que o apoio ao regime não só se manteve estável como contribuiu para que houvesse uma rápida recuperação dos demais índices de percepção, assim que a economia voltou a crescer e se estabilizar. Os finlandeses estavam acostumados a viver em um dos sistemas econômicos e políticos mais eficientes do mundo, além de serem indivíduos com altos níveis de educação e informação política e de atuarem de maneira significativa na vida comunitária: sendo assim, seria inevitável que não apresentassem reações mediante a conjuntura que se impôs ao país (NEWTON, 2006).

Seguindo esta perspectiva, Back e Kestila (2008) afirmam que os europeus, de um modo geral, têm se mostrado a cada vez mais críticos e menos confiantes nos atores e instituições políticas; as autoras salientam que isto ocorre em um contexto de crescente acesso à educação, cultura e informação. Outrossim, países nórdicos, incluindo a Finlândia, têm apresentado altos índices de capital social e baixos índices de confiança política; os finlandeses se mostram insatisfeitos com o funcionamento do regime e com a atuação da elite política, no entanto mantém índices significativos de preferência pelo regime democrático e conferem alto grau de importância às suas instituições (BACK e KESTILA, 2008). As mesmas autoras reforçam a teoria de que a situação econômica de um país, ou satisfação da população com a economia, impacta as condições democráticas do mesmo, ao afirmar que a depressão econômica ocorrida na Finlândia em 1990 prejudicou substancialmente a confiança na política.

Seguindo o mesmo argumento, as autoras afirmam que a crise econômica do final do século XX deteriorou a satisfação dos finlandeses com o funcionamento da democracia, gerando o sentimento de que os mecanismos de tomada de decisão dentro das instituições democráticas podem não ser capazes de resolver determinados problemas da sociedade. No entanto, Back e Kestila (2008) negam a existência de uma crise da democracia finlandesa, visto que a população mantém altos índices de apoio e valorização da democracia e de suas instituições e já tem apresentado uma melhora na avaliação do regime a partir dos anos 2000. Além disso, a comparação da realidade finlandesa com boa parcela dos países europeus revela que a Finlândia se mostra, em média, mais confiante e satisfeita com as instituições e com as políticas governamentais do que a média europeia (IDEM, 2008).

Dentro desta linha de análise, Newton (2006) identifica uma síndrome de queda de satisfação com a democracia e de confiança nas instituições públicas no início da década de 1990, contudo o autor observa também que os níveis de capital social interpessoal e de consciência política democrática se mantiveram altos, mesmo com os problemas ocorridos no período. Destarte, o alto nível de capital social interpessoal e consciência política associados aos problemas econômicos e às políticas severas de estabilização podem ter resultado na rápida perda de satisfação e confiança nas instituições públicas, assim como os mesmos níveis elevados de capital social e informações/participação política combinados com a recuperação

econômica contribuíram para uma rápida recuperação dos índices de avaliação sobre o funcionamento institucional (IDEM, 2006).

Neste mesmo sentido, Newton (2001) afirma que a sociedade civil finlandesa se manteve coesa e bem fundamentada. O mesmo autor aponta que, a exemplo da Finlândia, o capital político pode diminuir rapidamente em países com capital social bem desenvolvido. Além disso, a recuperação da satisfação e da confiança política no país foi fruto, em boa medida, do capital social e dos altos níveis de participação dos cidadãos, uma vez que regiões que passem por desafios econômicos de mesma magnitude, mas não tenham a mesma solidez social, precisam superar dificuldades muito maiores na construção de confiança política (IDEM, 2001). Por fim, a trajetória política e econômica do país foi pautada pela valorização da democracia, da igualdade e da educação, por sua cultura de cooperação e coesão social e por seu caráter de autonomia e adaptabilidade frente às mais diversas condições impostas.

Definidos os pressupostos teóricos e revisados os fatores formadores da estrutura social, econômica, política e cultural dos casos escolhidos, passamos, na próxima seção, para a análise dos dados referentes ao contexto econômico e às atitudes democráticas dos brasileiros, uruguaios, espanhóis e finlandeses.

4 Análise dos dados

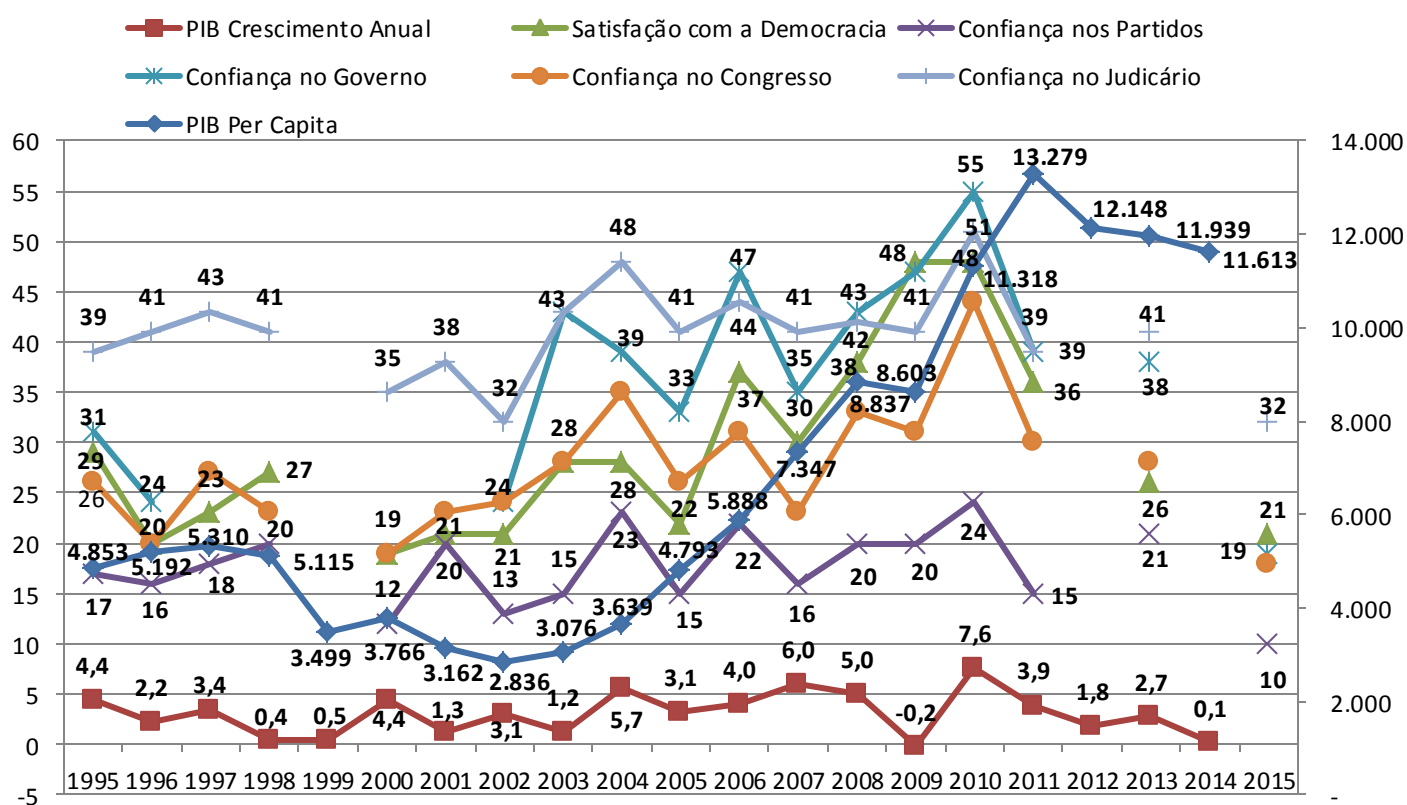
Nesta seção serão analisados conjuntamente os dados culturais do Latino e Eurobarômetro de satisfação com a democracia e confiança nas instituições democráticas - governo, partidos, Congresso/Parlamento e Judiciário - os dados do Banco Mundial no que diz respeito às variáveis econômicas de desemprego, inflação, PIB per capita, PIB crescimento anual, Índice de GINI - que mede em uma escala de 0 a 100 a desigualdade nos países - e os dados do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) sobre o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) - que classifica o nível de desenvolvimento humano dos países em uma escala de 0 a 1, a partir de sua expectativa de vida ao nascer, educação e PIB per capita - no período de 1995 a 2014, em cada país. A partir desta avaliação, torna-se possível a comparação dos diferentes panoramas para conferir se as duas dimensões se comportam de maneira similar ao longo do tempo, isto é, verificar se a variação e/ou a estabilização se apresentam da mesma maneira nos dois campos.

4.1 Brasil

Conforme visto anteriormente, o Brasil possui um quadro histórico de apatia política associada a um baixo grau de cidadania, estruturas de poder excludentes e uma economia dependente dos grandes centros de capital. Deste modo, a seguir, serão apresentados os seus

dados referentes à conjuntura econômica em comparação com os dados de percepção dos cidadãos para com a democracia e suas instituições para observar o comportamento destas duas dimensões e averiguar se este padrão histórico se reflete em suas estatísticas. Começando pelo gráfico referente ao PIB per capita e anual.

Gráfico 1 – PIB Per Capita (US\$) e PIB Crescimento anual (%) em comparação com a satisfação com a democracia e confiança institucional (%) - Brasil



n = 1.200, 1.080, 1.001, 1.000, 1.000, 1.000, 1.000, 1.200, 1.204, 1.204, 1.204, 1.204, 1.204, 1.204, 1.204, 1.204, 1.204, 1.204, 1.250;

Fontes: Latinobarômetro e Banco Mundial - World Development Indicators.

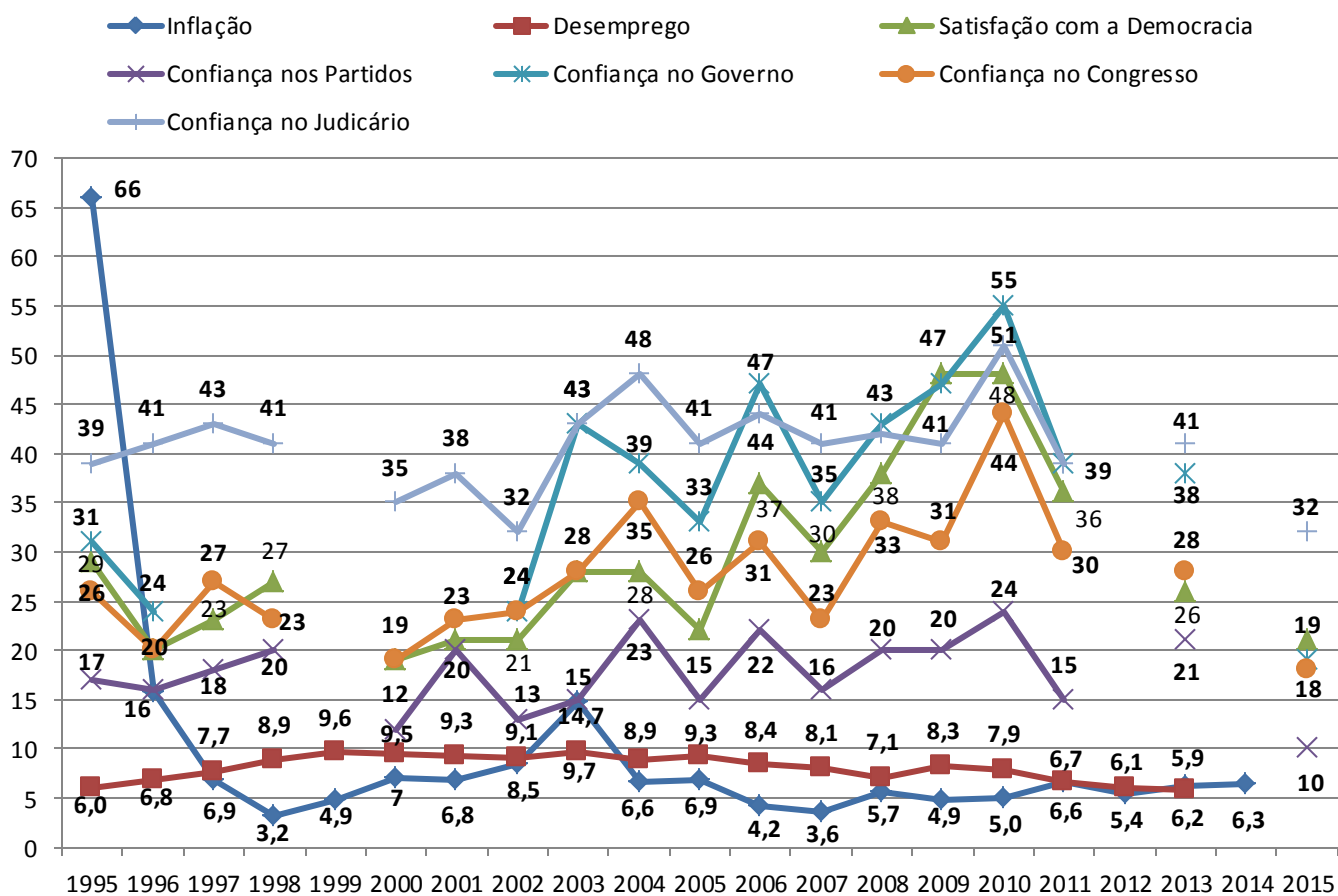
Os dados do gráfico 1 permitem observar que o PIB per capita esteve submetido a um processo de desenvolvimento e crescimento ao longo do tempo, tendo seu número quase triplicado. O Brasil apresentou uma relativa retração no início dos anos 2000, iniciou um movimento de crescimento a partir de 2005 e teve um avanço realmente significativo a partir do ano de 2009, seguido por uma leve queda após 2011. No que diz respeito ao comportamento do PIB anual, o país obteve um comportamento oscilante, com período de relativo crescimento de 2003 a 2008 e é o único dos quatro países que apresenta valor negativo em apenas um dos anos, 2009.

Ainda sobre o primeiro gráfico, ao analisar os dados culturais, primeiramente pode-se perceber que a realidade brasileira é preocupante no que se refere à percepção que os cidadãos têm sobre o funcionamento do regime: em nenhum dos anos analisados o país apresenta um número superior a 50% de satisfeitos com a democracia, apesar de nos anos de 2009 e 2010 se aproximar significativamente disso; outrossim, em quase todo o período estudado, a quantidade de brasileiros que se diziam satisfeitos ou pouco satisfeitos não supera 30% do total. Além disso, é importante observar que mesmo não obtendo resultados muito satisfatórios e a despeito das variações, a percepção dos cidadãos tem se mostrado mais positiva ao longo do período; com exceção ao ano de 2011 em que todos os índices de percepção apresentaram uma queda significativa. Quanto à confiança nas instituições, o país demonstra uma baixa confiança, ou desconfiança, mais ou menos generalizada.

Os índices de confiança nos partidos políticos são baixíssimos, não chegando a superar em nenhum momento 25% do total. A confiança geral dos indivíduos no governo é maior do que a confiança dos mesmos nos partidos, apresentando um padrão relativamente estável de variação na casa dos 30% e 40%; apenas em 2010 chega a um valor superior aos 50%, e em 2015 atinge o pior nível de confiança durante todo o período analisado, com somente 19% de pessoas que afirmavam possuir muita ou alguma confiança. A confiança no Congresso brasileiro segue o mesmo padrão de baixa confiança das variáveis anteriores, se mantendo abaixo dos 30% na maior parte do tempo. No que diz respeito ao funcionamento do Judiciário, os brasileiros o avaliam do que de todas as outras dimensões examinadas neste estudo, contudo, assim como em outras variáveis, apenas ultrapassa a marca dos 50% no ano de 2010 (gráfico 1).

De um modo geral, ao analisarmos o primeiro gráfico pode-se observar um movimento relativamente similar dos dados econômicos e dos dados culturais, isto é, nota-se padrões de variação muito similares nas diferentes variáveis, em especial em relação ao comportamento do PIB per capita com os indicadores de percepção em relação ao regime. Os períodos de baixa ou estagnação dos valores de PIB per capita - de 2000 a 2004 e após 2011 - coincidem com boa parte dos piores índices de satisfação e confiança da sociedade em relação à democracia e suas instituições, bem como o período de crescimento - a partir de 2005, fundamentalmente em 2010 e 2011 - pode ser apontados o momento de maior otimismo e aumento da satisfação e da confiança dos cidadãos. Sendo assim, analisando estes primeiros dados, nota-se que, de fato, o Brasil obteve seus piores e melhores resultados de avaliação da democracia em correspondência com a conjuntura econômica pela qual o país atravessava. A seguir, apresenta-se o gráfico referente aos índices econômicos que afetam mais diretamente a população: desemprego e inflação em comparação com os dados de percepção do funcionamento da democracia.

Gráfico 2 – Desemprego (%) e inflação (%) em comparação com a satisfação com a democracia e confiança institucional (%) - Brasil



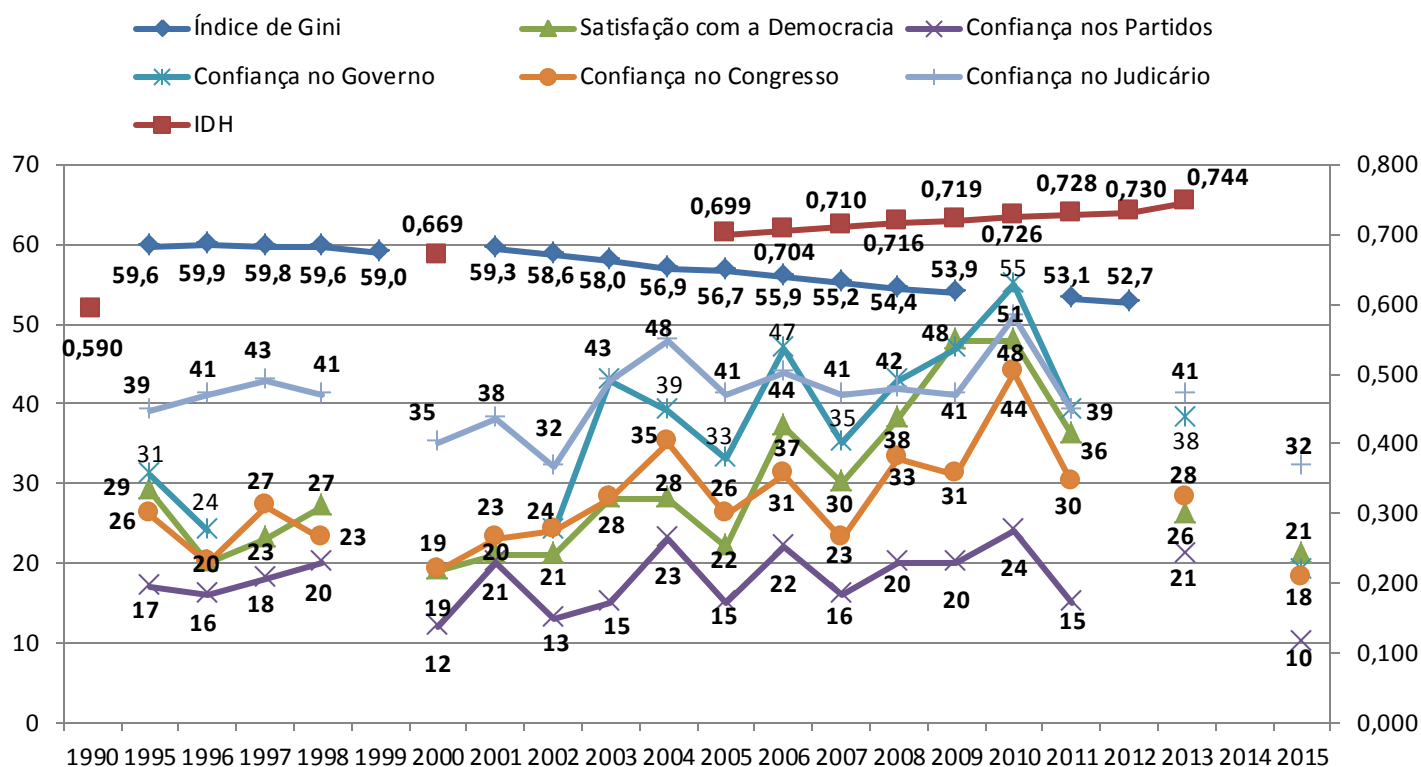
n = 1.200, 1.080, 1.001, 1.000, 1.000, 1.000, 1.000, 1.200, 1.204, 1.204, 1.204, 1.204, 1.204, 1.204, 1.204, 1.204, 1.250;

Fontes: Latinobarômetro e Banco Mundial - World Development Indicators.

Ao analisar o gráfico 2, observa-se que Brasil inicia o período analisado com uma inflação altíssima em 66% no ano de 1995, após este ano apresenta uma queda brusca e mantém valores que, em geral, se mantêm em torno de 5% a 10%. É importante salientar que no ano de 2003 em que a inflação chega a 14,7% - relativamente alta em comparação a boa parte dos valores no período; além disso, entre os anos de 2006 a 2010 os números se mantêm baixos e estáveis, não ultrapassando o valor de 5%. Quanto ao desemprego, o Brasil apresenta resultados um pouco mais elevados, próximos a 10%, de 1999 a 2005 – chegando ao ápice de 9,7 em 2003; no restante do período, o desemprego no país se mantém estável e relativamente baixo. Novamente, é possível observar um movimento de desenvolvimento econômico, concomitante a uma melhora na avaliação que os cidadãos fazem do regime democrático. Deste modo, o ano de 2013 se mostra relativamente negativo no que concerne aos dados econômicos de desemprego e inflação – seguido por uma rápida recuperação em 2004, no entanto, este quadro não se reflete em uma queda da satisfação com a democracia ou da confiança dos cidadãos em suas

instituições. Em contrapartida, o período de maior estabilidade e menores índices de inflação e desemprego – a partir de 2006 - coincide com o momento em que a satisfação e a confiança institucional se mantêm mais elevadas. Por fim, segue o gráfico referente à comparação dos dados sobre as condições de vida da sociedade, medidos pelos Índices de GINI e de Desenvolvimento Humano (IDH) com os dados de percepção.

Gráfico 3 – Índice de GINI e IDH em comparação com a satisfação com a democracia e confiança institucional (%) - Brasil



n = 1.200, 1.080, 1.001, 1.000, 1.000, 1.000, 1.000, 1.200, 1.204, 1.204, 1.204, 1.204, 1.204, 1.204, 1.204, 1.204, 1.204, 1.204, 1.250;

Fontes: Latinobarômetro, Banco Mundial - World Development Indicators e PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento | IDH por regiões globais.

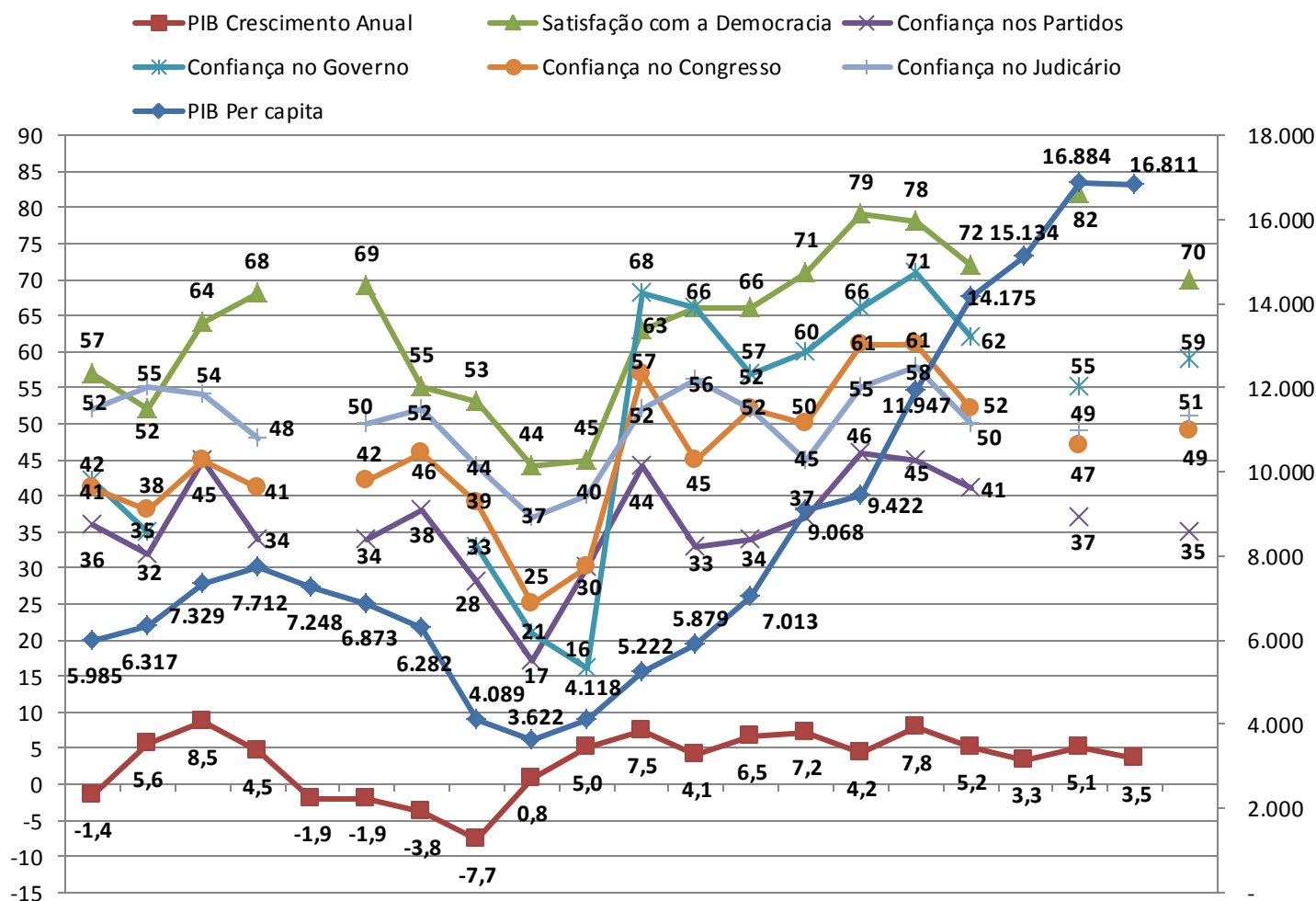
Em primeiro lugar, ao analisar o terceiro gráfico é possível observar que, conforme estes índices, há uma movimentação de melhora nas condições de vida da sociedade brasileira, ou seja, uma redução da desigualdade e um aumento no Índice de Desenvolvimento Humano ao longo do tempo. Ao observar mais especificamente os resultados referentes ao Índice de GINI, sabendo que quanto mais próximo de 100%, maior a desigualdade no país, concluímos que apesar de estar em processo de diminuição – sofrendo um leve aumento apenas no ano de 2001, os valores que medem a desigualdade no país ainda são alarmantes, se mantendo acima dos 50% durante todo o período analisado; mesmo tendo uma queda de 6,9% entre os anos de 1995 a 2012. Quanto ao seu IDH, o Brasil apresenta um constante crescimento, porém mantém um

resultado considerado médio, conforme o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), na maior parte do tempo. Como dito anteriormente, os índices de GINI e de Desenvolvimento humano exibem um movimento de melhora ao longo do tempo, já os dados de percepção, apesar de oferecerem uma variação maior, também demonstram um direcionamento para uma avaliação mais positiva da democracia e suas instituições com o passar do tempo (gráfico3). A seguir, observaremos de que maneira se dão essas mesmas relações entre variáveis no caso uruguaio.

4.2 Uruguai

Conforme apontou a literatura, o Uruguai é um país com forte tradição e longa experiência democrática, sendo assim, espera-se que o país apresente bons níveis de satisfação com regime e confiança institucional. Doravante, analisaremos o comportamento das variáveis econômicas em comparação com a avaliação que os cidadãos uruguaio fazem de sua democracia e suas instituições. A seguir, o gráfico referente ao PIB per capita e anual.

Gráfico 4 – PIB Per Capita (US\$) e PIB Crescimento anual (%) em comparação com a satisfação com a democracia e confiança institucional (%)- Uruguai



1995 1996 1997 1998 1999 2000 2001 2002 2003 2004 2005 2006 2007 2008 2009 2010 2011 2012 2013 2014 2015
 n = 1.262, 1.200, 1.189, 1.199, 1.200, 1.200, 1.187, 1.200, 1.200, 1.200, 1.200, 1.200, 1.200, 1.200, 1.200, 1.200, 1.200, 1.200, 1.200, 1.200, 1.200.

Fontes: Banco Mundial - World Development Indicators e Latinobarômetro

O gráfico4 permite observar que, assim como no caso brasileiro, o PIB per capita uruguaio sofreu um processo de crescimento brusco ao longo do período analisado, quase triplicando seu valor entre o ano de 1995 e o ano de 2014. Novamente, em semelhança ao caso brasileiro, o Uruguai apresenta uma queda do PIB per capita na primeira década dos anos 2000, iniciou sua recuperação em 2005 e obteve um salto de crescimento a partir de 2009 (gráfico 1; gráfico 4). Os dados referentes ao PIB anual mostram um comportamento sem variações tão amplas quanto o PIB per capita, mas também oscilante. Ainda com base no quarto gráfico, observa-se que período mais crítico se dá entre os anos de 1999 e 2002, chegando a - 7,7% neste último; após esta fase, o Uruguai tem conseguido se manter relativamente próspero – é importante assinalar que nos anos de 2012 e 2014, o crescimento esteve abaixo dos 4% .

Ao partir para a análise dos dados culturais de percepção dos cidadãos sobre o funcionamento do regime democrático uruguaio apresentados no gráfico 4, observa-se que o Uruguai – diferentemente do Brasil (gráfico 1) - apresenta resultados muito positivos à democracia, tendo uma queda nos anos de 2002 a 2004, período em que também apresenta queda do PIB e do PIB per capita. Além destes anos, assim como no Brasil, há uma piora significativa na avaliação do regime democrático e suas instituições no ano de 2011; porém, conforme veremos posteriormente, seus números são comparáveis e por vezes superiores aos dos casos europeus. Ao avaliar o regime, mais de 60% dos uruguaios se disseram satisfeitos com a democracia na maior parte do período analisado, além disso, em apenas dois anos o número de insatisfeitos superou os 50%; demonstrando assim uma visão muito positiva dos cidadãos sobre o funcionamento do regime democrático em si. Sendo assim, cabe observar se a avaliação institucional segue o mesmo padrão.

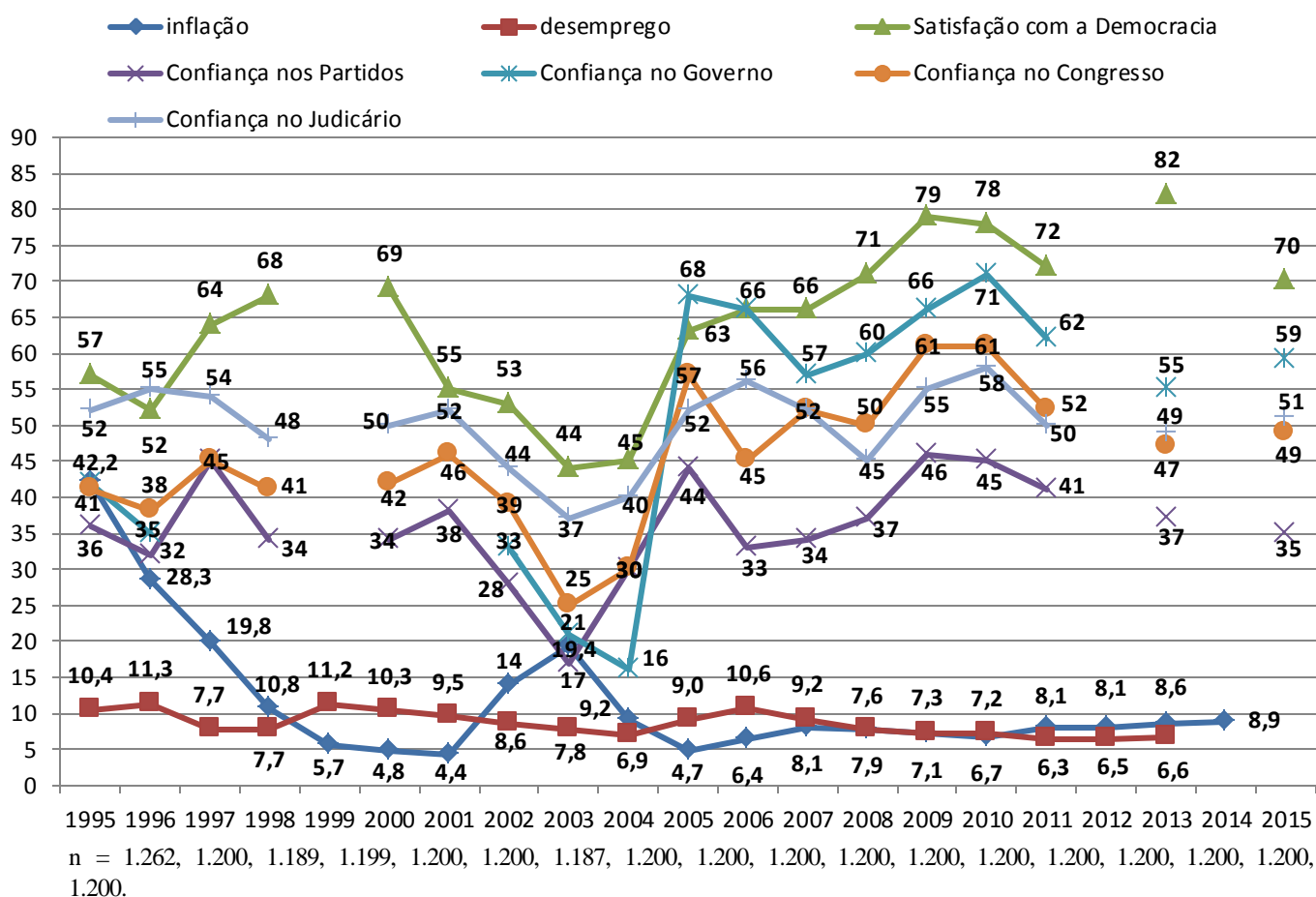
O Uruguai possui uma quantidade de pessoas que dizem ter alguma ou muita confiança nos partidos significativamente superior ao caso brasileiro (e, também, um número de partidos expressivamente inferior à quantidade brasileira). Em geral, o número de pessoas que dizem ter alguma ou muita confiança nos partidos políticos uruguaios se mantém entre 30% e 40% do total, ultrapassando esta faixa entre os anos de 2009 e 2011 – coincidindo com o período de maior crescimento do PIB per capita do país. É conveniente salientar que o Uruguai obteve em 2003 um resultado discrepante em relação à sua própria média, com um nível de confiança nos partidos políticos de apenas 17%; outro fato importante a destacar é o de que em nenhum dos anos analisados é alcançado o nível de confiança de 50% (gráfico 4).

Com base nos dados exibidos no mesmo gráfico é possível notar ainda que a confiança geral dos indivíduos no governo é maior do que a confiança dos mesmos nos partidos. Entre 2002 e 2004 houve uma queda na confiança dos cidadãos no governo, chegando a apenas 16% no último ano – mesmo período em que há diminuição do PIB per capita e PIB anual. Em contrapartida, a partir de 2005, em todos os anos mais da metade das pessoas afirmaram ter alguma ou muita confiança no governo. Os resultados referentes à confiança no Congresso seguem o mesmo padrão observado nas outras variáveis, o nível de confiança não pode ser considerado baixo, sofre uma redução expressiva nos anos de 2002 a 2004, e um crescimento significativo entre os anos de 2005 a 2010, ficando acima dos 50% ao longo de quase todo este período. O número de uruguaios que confiam no Judiciário se manteve em torno dos 50% durante todo o período analisado, também sofrendo uma queda mais acentuada entre os anos de 2002 a 2004 e no ano de 2011.

Deste modo, pode-se concluir que as variações dos resultados culturais mais expressivas acompanham as oscilações dos dados econômicos de PIB per capita e PIB anual, visto que os períodos de queda nos índices econômicos (2002 a 2004) também representaram momentos de redução na confiança institucional e na satisfação com a democracia uruguaia (gráfico 4). É

possível salientar ainda que a avaliação que os uruguaios fazem do regime democrático e suas instituições é significativamente mais positiva do que a brasileira (gráfico 1; gráfico 4). A seguir, iremos observar se as variáveis de desemprego e inflação também apresentam um comportamento similar ao das variáveis culturais.

Gráfico 5 – Desemprego (%) e inflação (%) em comparação com a satisfação com a democracia e confiança institucional (%) - Uruguai

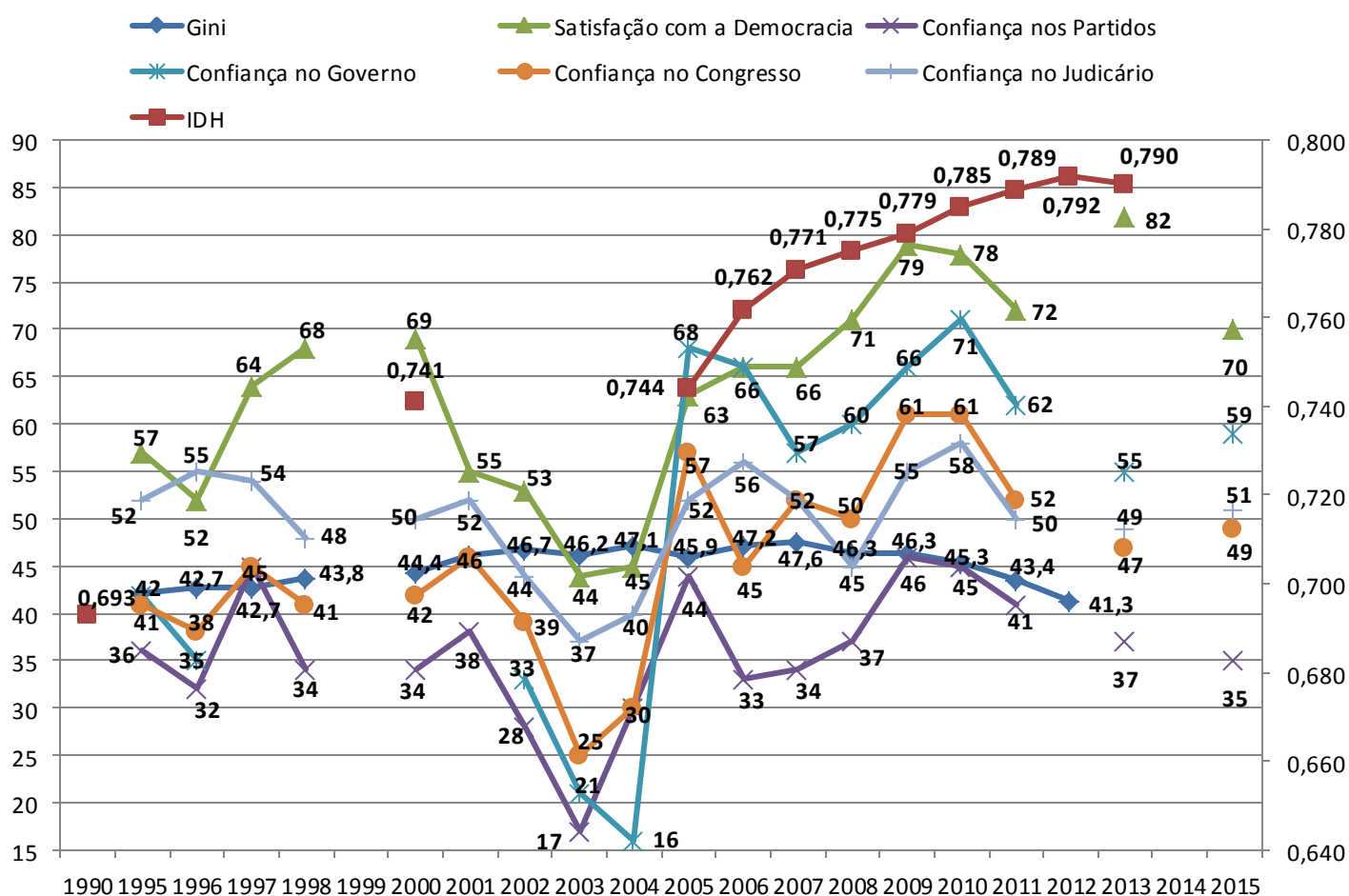


Fontes: Banco Mundial - World Development Indicators e Latinobarômetro.

O primeiro ponto que se pode destacar, ao analisar o quinto gráfico, é que, a exemplo do caso brasileiro (gráfico 2), em 1995 o Uruguai obtém um quadro inflacionário dramático, atingindo os 42%. Após este momento, a inflação cai e se mantém relativamente estável, apenas voltando a aumentar expressivamente entre os anos de 2002 a 2004. Outrossim, desde 2005 a inflação no país não supera os 9%. Contudo, é importante ressaltar que nos quatro anos mais recentes esses valores têm subido progressivamente, chegando a 8,9% em 2014. No que diz respeito ao desemprego no país, o Uruguai conserva seus valores estáveis e consideravelmente baixos, se mantendo abaixo dos 10% do total em quase todos os anos a partir de 2001, apenas com exceção ao ano de 2006 em que atingiu 10,6% (gráfico 5). Por fim, é importante salientar,

ainda com base nos dados apresentados no gráfico 5, que, assim como os dados referentes ao PIB per capita e anual, o período em que a inflação no Uruguai atingiu um aumento expressivo – 2002 a 2004 – coincide com o período em que ocorrem avaliações mais negativas acerca do regime democrático e de suas instituições. Já no que diz respeito aos dados referentes ao desemprego, por apresentarem um comportamento mais linear, não foi possível estabelecer um paralelo tão claro com as variáveis de ordem cultural. Parte-se, então, para a última comparação entre dados econômicos e culturais uruguaios, analisamos agora os resultados referentes aos Índices de GINI e Desenvolvimento Humano em comparação com a satisfação com a democracia e a confiança institucional.

Gráfico 6 – Índice de GINI e IDH em comparação com a satisfação com a democracia e confiança institucional (%) – Uruguai



n = 1.262, 1.200, 1.189, 1.199, 1.200, 1.200, 1.187, 1.200, 1.200, 1.200, 1.200, 1.200, 1.200, 1.200, 1.200, 1.200, 1.200, 1.200.

Fontes: Latinobarômetro, Banco Mundial - World Development Indicators e PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento | IDH por regiões globais.

De um modo geral, o gráfico 6 exibe dados que nos permitem observar um movimento de aumento progressivo do Desenvolvimento Humano e uma redução tímida e gradual da

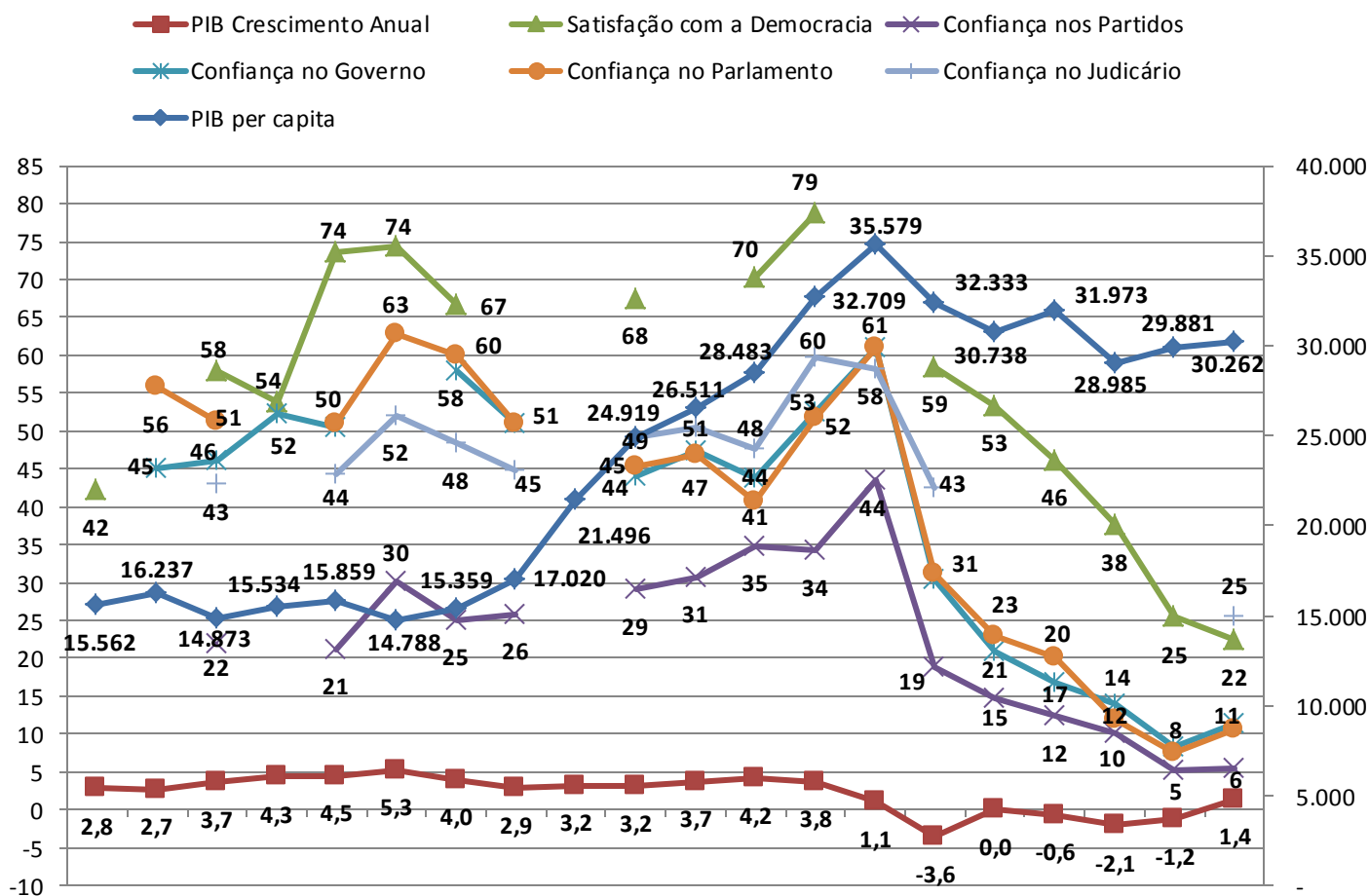
desigualdade social no Uruguai. Pode-se ver, também, que o Uruguai obtém IDH alto, diferentemente do Brasil (gráfico 3) que apresenta um IDH médio (conforme o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, PNUD) na maior parte do tempo. Além disso, o sexto gráfico mostra que desigualdade medida pelo Índice de GINI se mantém abaixo dos 50% ao longo de todo o período estudado. Outra característica no comportamento das variáveis importante de ressaltar é o fato de que a partir de 2005, o IDH uruguaio aumenta expressivamente e as percepções democráticas passam a ser bem mais positivas, a despeito de sua variação. Ao comparar os resultados do Índice de GINI com as variáveis culturais obteve-se um quadro similar ao que ocorreu com a variável de desemprego, por apresentar um comportamento estável e linear não fica clara uma similaridade de desempenho entre as duas dimensões (gráfico 5; gráfico 6).

Doravante, ao comparar as avaliações sobre a democracia no Brasil e no Uruguai e seus resultados no Índice de Desenvolvimento Humano, percebe-se que o país com IDH mais elevado, também possui percepções mais favoráveis ao regime democrático (gráfico 3); gráfico 6). Ao longo da análise dos dados referentes à realidade uruguaia pode-se notar que a maior parte das variáveis econômicas apresentaram um desempenho semelhante às variáveis de cunho cultural; os períodos de queda do PIB per capita, PIB anual e aumento da inflação foram coincidentes com um processo de queda da satisfação com a democracia e confiança nas instituições mais ou menos generalizado (gráfico 4; gráfico 5). Ademais, a faixa de tempo em que houve as avaliações mais positivas é concomitante ao aumento do Índice de Desenvolvimento Humano no país (gráfico 6). Analisados os dados uruguaiois, partimos para a análise da conjuntura econômica e cultural da Espanha.

4.3 Espanha

Após a análise dos dados econômicos e culturais dos casos latino-americanos, segue a análise das estatísticas dos casos europeus. Ao revisar a bibliografia referente à trajetória política e social espanhola, viu-se que o país apresenta um contexto político semelhante ao brasileiro no que diz respeito a uma democratização recente após um longo período ditatorial; deste modo a análise dos dados culturais e econômicos do país pode ajudar a esclarecer de que maneira estes fatos se colocaram ou se refletiram na estrutura política e social espanhola. Doravante, serão apresentados os dados econômicos – PIB per capita e anual, desemprego e Inflação, Índices de GINI e Desenvolvimento humano - em comparação com os dados de percepção dos cidadãos para com a democracia – satisfação com o regime e confiança institucional – na Espanha. Iniciando pelo gráfico referente ao PIB.

Gráfico 7 – PIB Per Capita (US\$) e PIB Crescimento anual (%) em comparação com a satisfação com a democracia e confiança institucional (%) – Espanha



1995 1996 1997 1998 1999 2000 2001 2002 2003 2004 2005 2006 2007 2008 2009 2010 2011 2012 2013 2014

n Satisfação e Confiança nos partidos políticos = 963, 946, 939, 968, 976, 958, 966, 1.005, 961, 1.007, 983, 986, 978, 1.009, 1.055; n Confiança no Governo, no Parlamento e no Judiciário = 5.255, 896, 937, 920, 940, 920, 940, 911, 1.005, 935, 932, 994, 965, 964, 972, 1.012; n=1055;

Fontes: Banco Mundial - World Development Indicators e Eurobarômetro

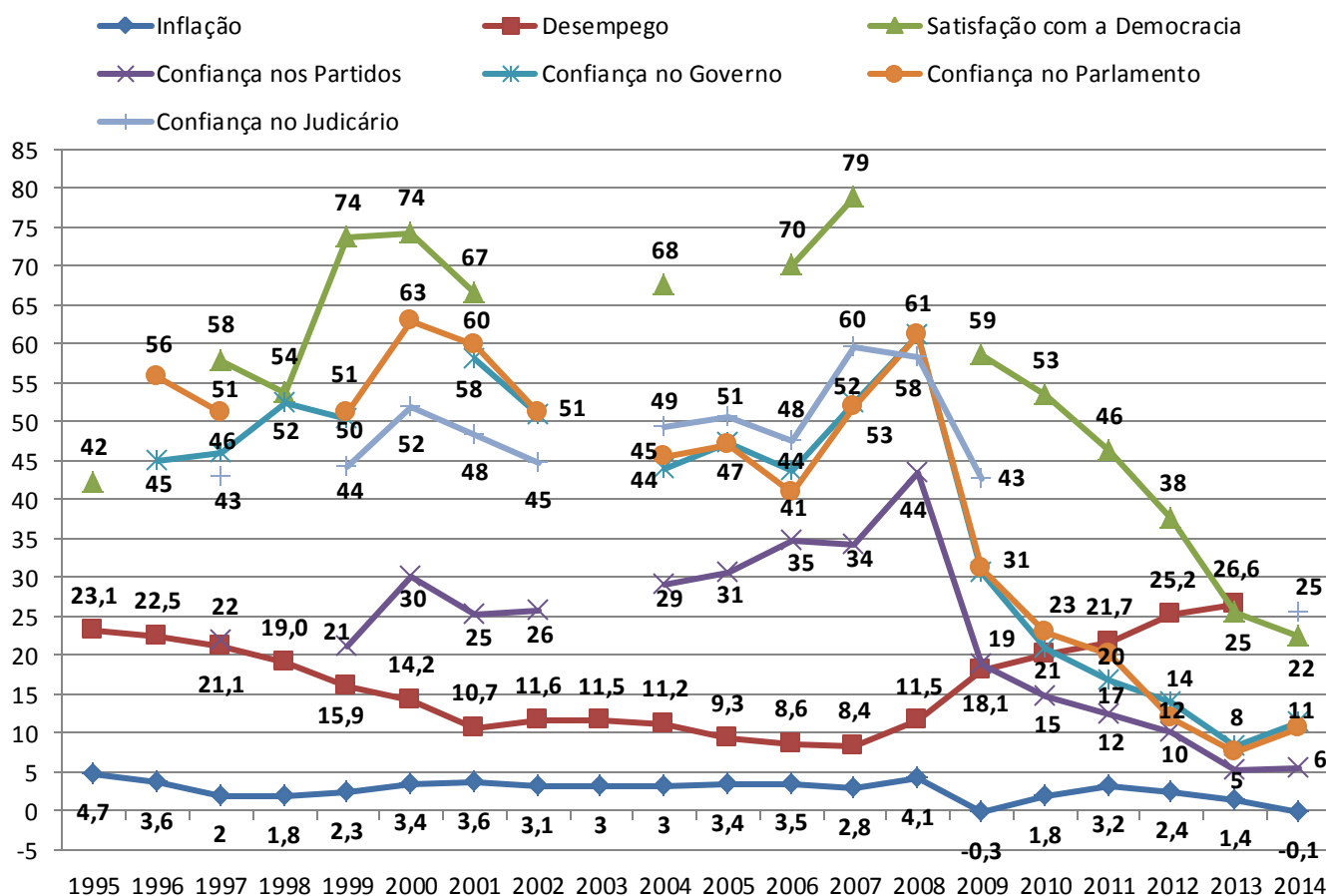
Inicialmente, observa-se ao analisar o gráfico 7 que o PIB per capita da Espanha esteve submetido a um movimento de crescimento até o ano de 2008 – com aumento expressivo a partir de 2002, após esse período há um declínio; contudo, mesmo após esta queda, se compararmos os valores referentes ao início e final do período estudado, o PIB per capita espanhol quase dobrou. Além disso, ao confrontar o resultado desta variável para o caso espanhol, com os números dos casos latino-americanos, percebe-se uma diferença significativa - em média, a Espanha possui aproximadamente o dobro do PIB per capita uruguaio e pouco menos que o triplo do brasileiro (gráfico 1; gráfico 4; gráfico 7). Os dados exibidos no gráfico 7 permitem observar também que o PIB anual da Espanha, por sua vez, consegue manter um comportamento razoavelmente estável e equilibrado até 2007; entre 2008 e 2013 o país entra em

um processo de queda acentuada do seu desenvolvimento, chegando a possuir PIB negativo ou na marca de 0% por 5 anos consecutivos; em 2014 há uma modesta melhora destas condições.

No que diz respeito às variáveis culturais de avaliação democrática apresentados no sétimo gráfico, nota-se que até 2007 a Espanha apresentava alto grau de contentamento dos seus cidadãos com o regime, mas deste período em diante, a porcentagem de satisfeitos começa a decair vertiginosamente, tornando-se menos da metade dos indivíduos em 2012 e chegando a apenas 22% em 2014; neste sentido é importante salientar que é justamente a partir de 2008 que o mesmo país começa a apresentar seus indicadores econômicos mais negativos. Outrossim, com base no mesmo gráfico é possível perceber que a Espanha experimenta uma diminuição muito relevante da confiança em seus partidos, outra vez, a partir de 2009, chegando a 5% e 6% do total em 2013 e 2014, respectivamente. Novamente, não é alcançado o valor de 50% ou mais de pessoas que confiam nos partidos durante todo o período estudado. Ao analisar os níveis de confiança no governo exibidos no gráfico 7, observa-se que, assim como nas duas variáveis analisadas anteriormente, os valores se mantêm estáveis até 2008. Após este ano, os valores começam a decair suntuosamente; neste mesmo ano a confiança era de 61%, no ano seguinte, 2009, este valor é reduzido quase à sua metade: 31%, e em 2014 o resultado é de quase um terço da confiança que gozava em 2009, 11%.

Ainda no que concerne à confiança nas instituições espanholas, percebe-se uma certa estabilidade de confiança até 2008 e após esse período começa a surgir uma desconfiança progressiva por parte dos indivíduos em relação às instituições políticas, dentre elas o Parlamento espanhol. O comportamento dos níveis de confiança no Parlamento espanhol se aproxima da avaliação que os cidadãos fazem do governo, em 1995 56% das pessoas diziam ter alguma ou muita confiança no Parlamento, já em 2014 apenas 11% faziam tal afirmação. Com efeito, até 2008 as taxas de confiança no Parlamento variavam entre 40% e 60%, chegando em 63% no ano de 2000 e 61% no ano de 2008; em 2009 este valor caiu para quase metade, 31%, e em seis anos, em 2014, reduziu em quase um sexto. Assim como as demais variáveis de percepção, a confiança no Judiciário se mostra expressivamente reduzida após 2008, caindo de 60% para 25% nos últimos sete anos medidos. Conforme observado, a Espanha demonstra uma certa estabilidade até 2008; a partir deste ano o país entra em um processo de insatisfação e desconfiança progressivo e muito acentuado, acompanhando a baixa no desenvolvimento econômico do país (gráfico 7). A seguir, vamos analisar se este padrão se repete para as variáveis de desemprego e inflação.

Gráfico 8 – Desemprego (%) e inflação (%) em comparação com a satisfação com a democracia e confiança institucional (%) – Espanha

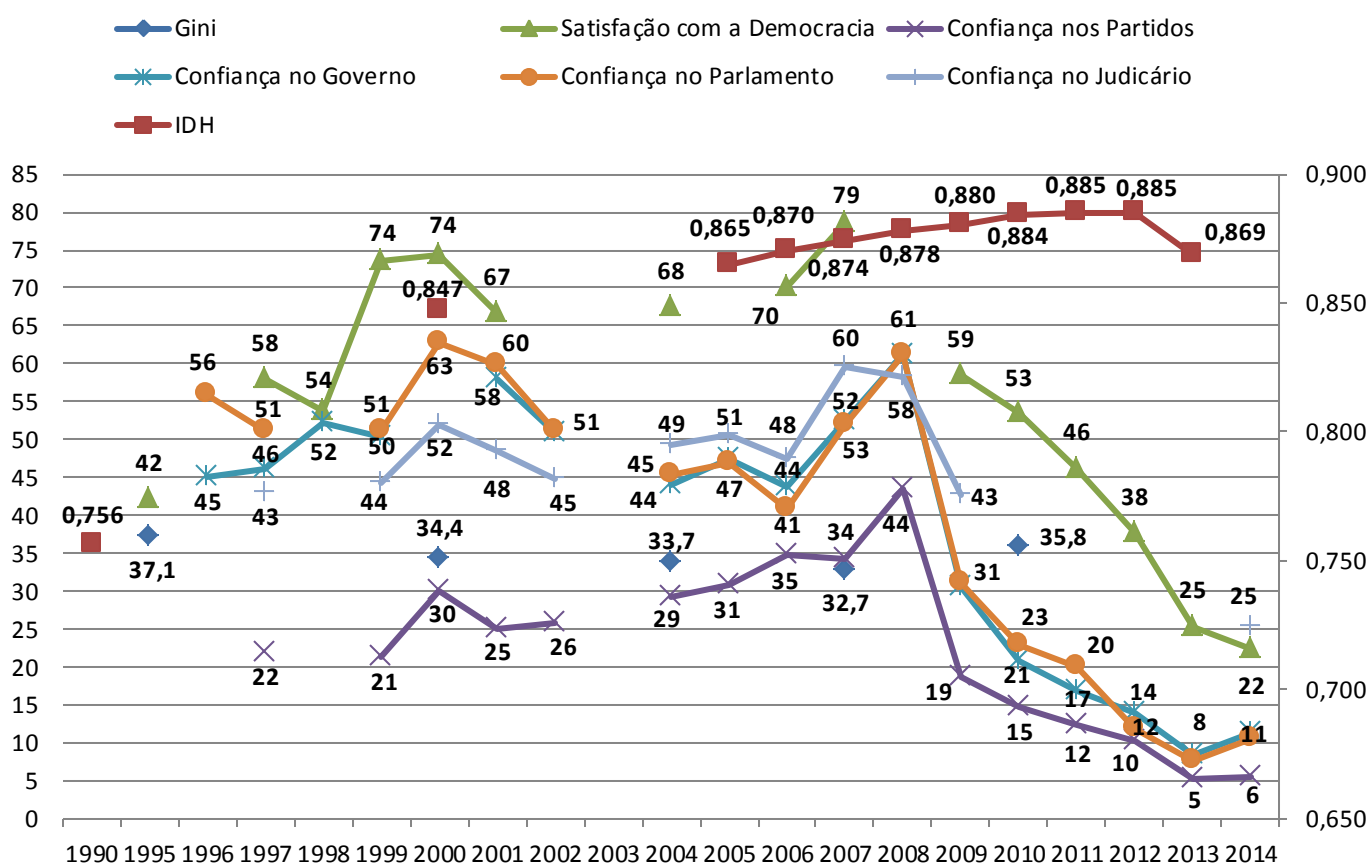


n Satisfação e Confiança nos partidos políticos= 963, 946, 939, 968, 976, 958, 966, 1.005, 961, 1.007, 983, 986, 978, 1.009, 1.055; n Confiança no Governo, no Parlamento e no Judiciário = 5.255, 896, 937, 920, 940, 920, 940, 911, 1.005, 935, 932, 994, 965, 964, 972, 1.012; n=1055;
 Fontes: Banco Mundial - World Development Indicators e Eurobarômetro

De maneira geral, ao analisar o gráfico 8 pode-se observar, novamente, uma mudança nas condições econômicas do país a partir de 2008. A Espanha apresenta uma taxa de desemprego inferior a 10% apenas entre 2005 e 2007, porém seus índices se mantêm estáveis e relativamente baixos entre os anos de 2001 e 2007; contudo, a partir de 2009 os resultados vêm se tornando muito elevados, semelhantes aos da década de 1990. Após 2008 o crescimento do desemprego é tão acentuado que chega aos maiores valores de todo o período analisado nos anos de 2012 e 2013, com 25,2% e 26,6% respectivamente. Os dados referentes à inflação no país são mais estáveis, com menor amplitude de variação, se mantendo em torno de 1% e 3,5% na maior parte do tempo. Apesar de não apresentar uma mudança de comportamento tão grande a partir de 2008 quanto as outras variáveis já estudadas, o mesmo ano representou o segundo maior valor registrado nos vinte anos analisados, com 4,1 %, perdendo apenas para o ano de 1995 em que atingiu a marca de 4,7%. Ainda é importante destacar a discrepância entre os

valores apresentados por Brasil e Uruguai e pela Espanha, visto que nos dois primeiros a inflação se mantém, em média, acima dos 5% e neste ela nem chega a atingir tal valor (gráfico 2; gráfico 5; gráfico 8). A partir dos dados apresentados no oitavo gráfico, observou-se novamente o padrão de agravamento na conjuntura econômica espanhola a partir do ano de 2008 – mesmo período em que as percepções sobre a democracia começam a se mostrar mais negativas. Por fim, vamos analisar no próximo gráfico como se comportaram os Índices de GINI e Desenvolvimento Humano em meio a este contexto.

Gráfico 9 – Índice de GINI e IDH em comparação com a satisfação com a democracia e confiança institucional (%) – Espanha



n Satisfação e Confiança nos partidos políticos= 963, 946, 939, 968, 976, 958, 966, 1.005, 961, 1.007, 983, 986, 978, 1.009, 1.055; n Confiança no Governo, no Parlamento e no Judiciário = 5.255, 896, 937, 920, 940, 920, 940, 911, 1.005, 935, 932, 994, 965, 964, 972, 1.012; n=1055;

Fontes: Eurobarômetro, Banco Mundial - World Development Indicators e PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento | IDH por regiões globais.

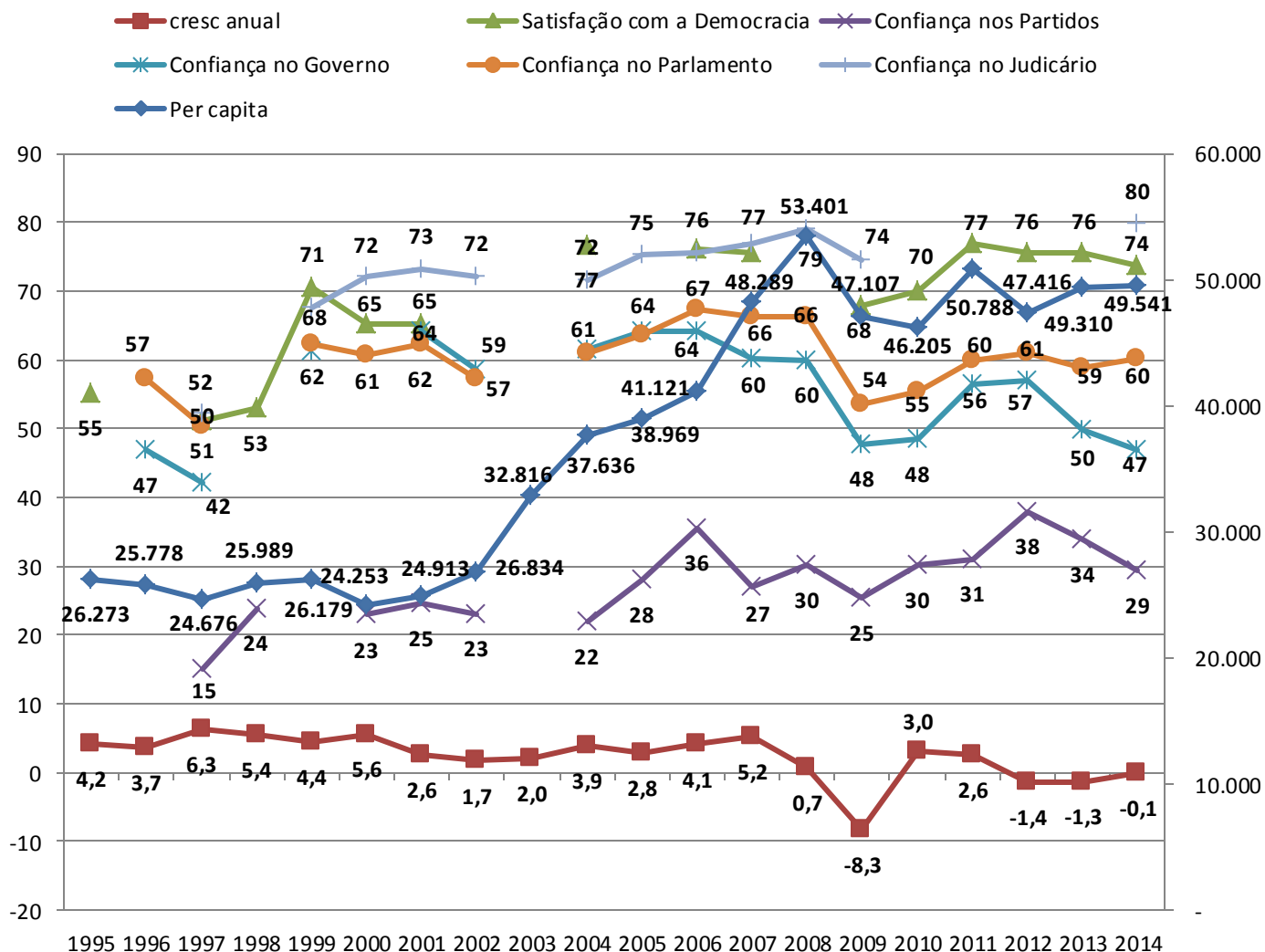
Assim como os demais países analisados até então, o Índice de Desenvolvimento Humano na Espanha vem crescendo gradualmente ao longo dos anos; no entanto, enquanto o IDH de Brasil e Uruguai são considerados médio e alto respectivamente, o IDH espanhol é definido como muito alto (conforme o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento,

PNUD)(gráfico 3; gráfico 6; gráfico 9). É importante notar ainda, com base no gráfico 9, que em 2013, pela primeira vez ao longo do período analisado, o IDH do país sofre uma pequena redução. O Índice de GINI, por sua vez, se mantém estável ao longo do tempo em um movimento de redução da desigualdade social entre os anos de 1995 a 2007, porém em 2010 o índice volta a subir chegando a 35,8%, bem próximo dos 37,1% que possuía em 1995. Sendo assim, apesar de menor intensidade, pode-se observar novamente uma semelhança entre o comportamento das variáveis de conjuntura econômica em relação às variáveis de percepção sobre a democracia. Doravante, passamos à análise dos dados econômicos e culturais do último caso a ser estudado neste artigo, a Finlândia.

4.4 Finlândia

Após examinar os dados de conjuntura econômica e percepção sobre a democracia e suas instituições de Brasil, Uruguai e Espanha, passamos à análise das mesmas dimensões para o caso finlandês. Conforme aponta a literatura, a Finlândia é um país caracterizado pela sua autonomia, longa tradição democrática, com uma sociedade coesa que valoriza a igualdade e a educação e com alta capacidade de adaptação frente a transformações. Sendo assim, parte-se para a análise dos dados econômicos e culturais do país para apurar se estas condições se repetem em termos práticos e, também, para examinar se há uma analogia entre o comportamento das duas dimensões. A seguir o gráfico referente ao PIB per capita e ao PIB anual finlandês.

Gráfico 10 – PIB Per Capita (US\$) e PIB Crescimento anual (%) em comparação com a satisfação com a democracia e confiança institucional (%) – Finlândia



n Satisfação com a democracia = 991, 1.003, 1.004, 1.081, 960, 959, 1.021, 1.006, 1.020, 1.015, 981, 997, 994, 993, 1.002; n Confiança nos partidos políticos = 936, 993, 933, 909, 923, 949, 995, 967, 997, 968, 979, 973, 967, 980, 979, 1.002; n Confiança no Governo = 3.175, 966, 986, 938, 938, 972, 1.000, 1.006, 1.015, 984, 988, 975, 973, 983, 979; n=1002; n Confiança no Parlamento e no Judiciário = 3.177, 971, 988, 944, 942, 937, 969, 998, 1.006, 1.019, 986, 990, 974, 977, 986, 979, 1.002.

Fontes: Eurobarômetro e Banco Mundial - World Development Indicators.

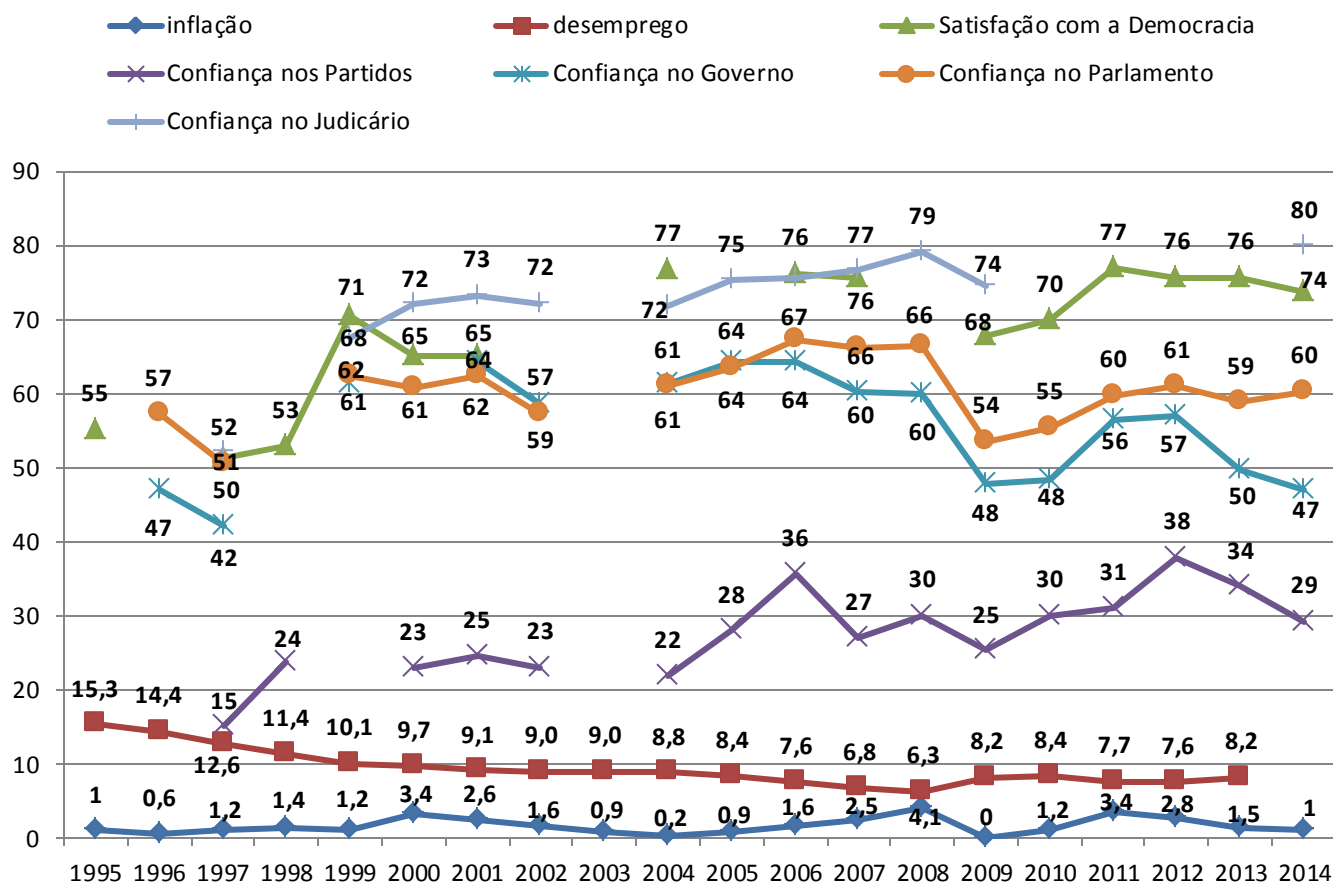
Ao analisar os dados exibidos no gráfico 10, nota-se que O PIB per capita finlandês teve uma variação bem ampla entre o início e o final do período estudado, quase duplicando de valor. O crescimento mais expressivo se deu entre os anos de 2001 a 2008, quando chegou ao ápice na casa dos US\$ 53 mil. Contudo seu crescimento não foi constante durante todo o tempo, sofreu reduções no ano de 1997 e, especialmente, nos anos de 2009, 2010 e 2012. É importante ressaltar a diferença no valor do PIB per capita da Finlândia em relação aos demais países

estudados, principalmente os latino-americanos; enquanto Brasil e Uruguai jamais chegaram a atingir o menor valor obtido pela Finlândia, o maior PIB per capita alcançado Espanha, \$ 35,579 no ano de 2008, fica quase \$ 20 mil abaixo da quantia que os finlandeses possuíam no mesmo ano (gráfico 1; gráfico 4; gráfico 7; gráfico 10). Ao examinar os dados referentes ao PIB anual apresentados no décimo gráfico, observa-se que a Finlândia se mostra relativamente estável em seus índices até 2007; após esse período, o país começa a apresentar valores abaixo de sua média, chegando a obter o número mais baixo entre todos os países, de - 8,3 % em 2009 e a alcançar valores negativos nos três últimos anos estudados. É interessante observar que os anos de 2009 e 2010 representaram um período de queda para as duas variáveis econômicas apresentadas.

Ao analisar os dados referentes à percepção que os cidadãos têm da democracia apresentados no gráfico 10, observa-se um alto padrão relativamente generalizado de satisfação e confiança no regime e suas instituições. O país com maior média de satisfeitos ou muito satisfeitos, entre os quatro estudados neste artigo, é a Finlândia; além disso, o país é o único a não apresentar resultados inferiores a 50% em nenhum dos anos examinados. Os partidos são a instituição democrática sobre a qual os finlandeses se mostram menos confiantes, ainda assim, em média, os finlandeses confiam mais nestas instituições do que os brasileiros e espanhóis (gráfico 1; gráfico 7; gráfico 10). Neste ponto é fundamental salientar que em nenhum dos casos é alcançado o valor de 50% ou mais de pessoas que confiam nos partidos (gráfico 1; gráfico 4; gráfico 7; gráfico 10), o que é um dado muito impactante no tocante à legitimidade que esta instituição, que é definida como responsável por representar os interesses dos cidadãos na arena política (BAQUERO, 2000).

Ainda com base no décimo gráfico, vê-se que, em média, a instituição que os finlandeses mais confiam é o Judiciário, seguido pelo Parlamento e, após, pelo governo. A confiança nestas três instituições é expressivamente alta durante todo o período analisado, se mantendo acima de 50% para o Judiciário e o Parlamento e dos 40% para o governo. Deste modo, a avaliação que os finlandeses fazem do regime democrático é muito favorável ao mesmo, sendo a mais positiva dentre todos os países estudados. Por fim é importante ressaltar que como observado anteriormente, a queda nos valores democráticos acompanha a baixa no desenvolvimento econômico do país, visto que o ano de 2009 representou um momento de baixa no PIB per capita e anual do país e também de redução da satisfação com a democracia e da confiança institucional. A seguir, examinaremos o gráfico que relaciona as variáveis de desemprego e inflação com as variáveis culturais.

Gráfico 11 – Desemprego (%) e inflação (%) em comparação com a satisfação com a democracia e confiança institucional (%) – Finlândia

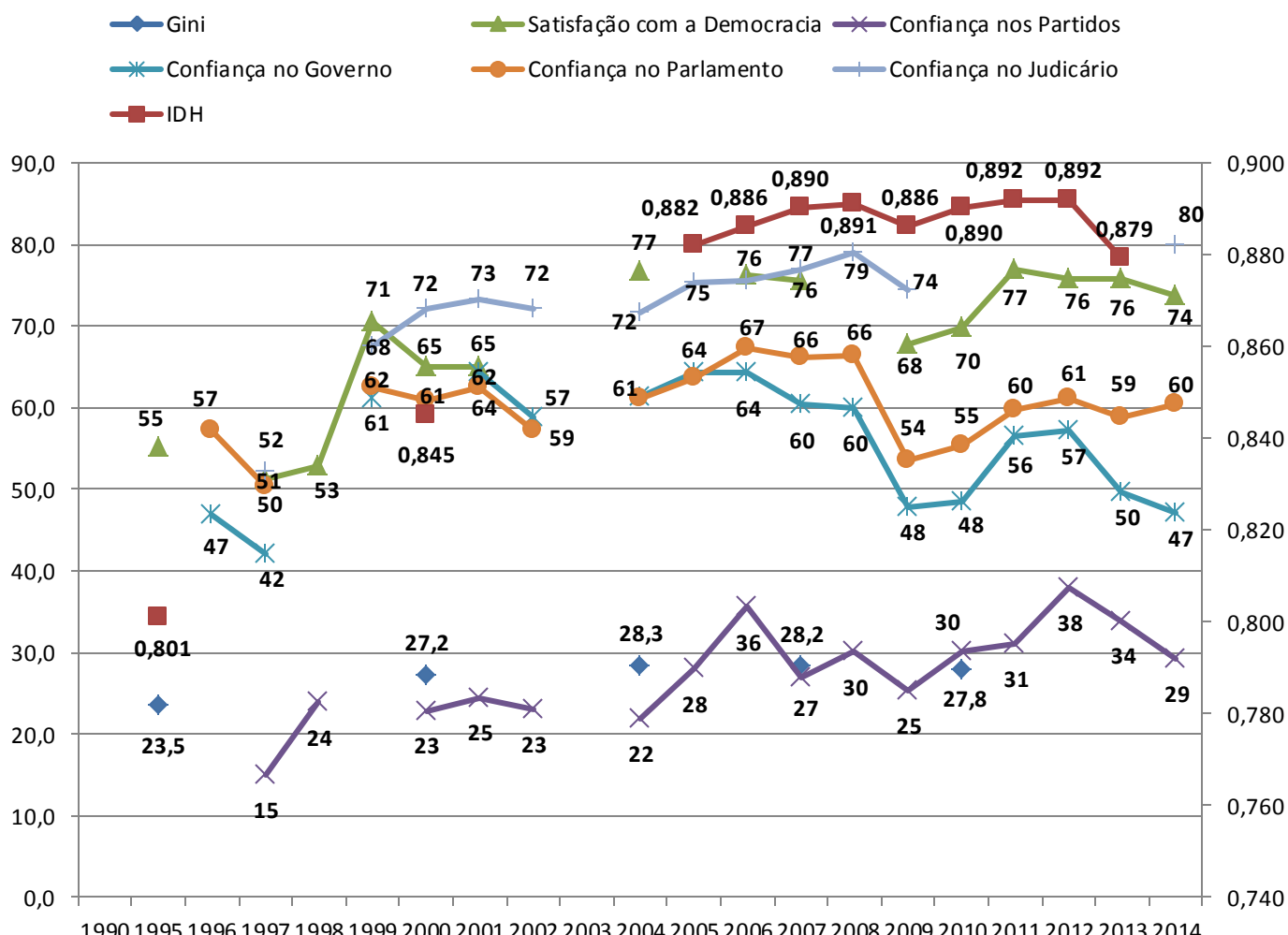


n Satisfação com a democracia = 991, 1.003, 1.004, 1.081, 960, 959, 1.021, 1.006, 1.020, 1.015, 981, 997, 994, 993, 1.002; n Confiança nos partidos políticos = 936, 993, 933, 909, 923, 949, 995, 967, 997, 968, 979, 973, 967, 980, 979, 1.002; n Confiança no Governo = 3.175, 966, 986, 938, 938, 972, 1.000, 1.006, 1.015, 984, 988, 975, 973, 983, 979; n=1002; n Confiança no Parlamento e no Judiciário = 3.177, 971, 988, 944, 942, 937, 969, 998, 1.006, 1.019, 986, 990, 974, 977, 986, 979, 1.002.

Fontes: Eurobarômetro e Banco Mundial - World Development Indicators.

Os dados exibidos no gráfico 11 permitem observar que desemprego na Finlândia se conserva relativamente baixo durante todo o período, a principal mudança que se pode apontar é uma redução no início dos anos 2000. Além disso, a inflação apresenta um comportamento significativamente parecido, se mantendo entre 1% e 3% em quase todos os anos, porém é possível apontar um crescimento em 2008, quando chegou à marca de 4,1% seguido de uma queda significativa em 2009, atingindo 0%. Os dois índices econômicos apresentados no gráfico 11 se mostram lineares e baixos durante todo o período estudado, deste modo não é possível observar uma semelhança significativa das mesmas com o comportamento das variáveis culturais. Por fim, segue o gráfico 12 referente à comparação dos Índices de GINI e Desenvolvimento Humano com as variáveis de percepção do regime democrático.

Gráfico 12 – Índice de GINI e IDH em comparação com a satisfação com a democracia e confiança institucional (%) – Finlândia



1990 1995 1996 1997 1998 1999 2000 2001 2002 2003 2004 2005 2006 2007 2008 2009 2010 2011 2012 2013 2014

n Satisfação com a democracia = 991, 1.003, 1.004, 1.081, 960, 959, 1.021, 1.006, 1.020, 1.015, 981, 997, 994, 993, 1.002; n Confiança nos partidos políticos = 936, 993, 933, 909, 923, 949, 995, 967, 997, 968, 979, 973, 967, 980, 979, 1.002; n Confiança no Governo = 3.175, 966, 986, 938, 938, 972, 1.000, 1.006, 1.015, 984, 988, 975, 973, 983, 979; n=1002; n Confiança no Parlamento e no Judiciário = 3.177, 971, 988, 944, 942, 937, 969, 998, 1.006, 1.019, 986, 990, 974, 977, 986, 979, 1.002.

Fontes: Eurobarômetro, Banco Mundial - World Development Indicators e PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento | IDH por regiões globais.

Assim como em todos os outros países estudados, o IDH finlandês vem aumentando ao longo do tempo (gráfico 3; gráfico 6; gráfico 9; gráfico 12), à diferença de que o seu Índice de Desenvolvimento Humano já é considerado muito alto desde o início do período analisado neste artigo; apresentando apenas dois momentos de redução: 2009 e 2013. Ao analisar mais detalhadamente os dados referentes ao Índice de GINI apresentados no gráfico 12, observa-se um comportamento curioso, é o único país que não sofreu um processo de redução, mas sim de aumento da desigualdade. Contudo, mesmo tendo a desigualdade social crescido ao longo do tempo no país, a Finlândia se mantém sendo o Estado menos desigual entre os quatro estudados

neste artigo; em especial se comparado com os países latino-americanos (gráfico 3; gráfico 6; gráfico 9; gráfico 12). A comparação entre os dados culturais e os dados econômicos apresentados no gráfico 12, permite notar novamente que o ano de redução do IDH, 2009, corresponde ao momento em que os níveis de satisfação com a democracia e confiança em suas instituições são reduzidos.

A comparação entre os casos comporta observar que os países mais desenvolvidos economicamente, em especial em termos dos índices de GINI e Desenvolvimento Humano e PIB per capita, apresentam um número maior de satisfeitos, pelo menos até o ano de 2007 – período em que a Espanha passa a enfrentar problemas econômicos. Outrossim, as variações mais significativas no padrão de satisfação de brasileiros, uruguaios, espanhóis e finlandeses acompanham as alterações do comportamento da economia destes países.

A análise dos dados culturais de percepção do funcionamento da democracia e suas instituições sugere que há um conjunto de padrões de comportamento que se repetem ao longo do estudo. A Finlândia e o Uruguai, respectivamente, apresentam os resultados mais sólidos, com avaliações mais positivas do regime. A Espanha demonstra uma certa estabilidade até 2008; a partir deste ano o país entra em um processo de insatisfação e desconfiança progressivo e muito acentuado. O Brasil mantém os índices mais baixos de confiança e satisfação dentre os países estudados em todos os exames feitos e ao longo de todo o período. Além disso, obteve seus resultados mais positivos sempre no ano de 2010 e mais negativos no ano de 2015.

Deste modo, ao examinar esses padrões em comparação com a trajetória histórica dos países e com o comportamento das variáveis econômicas observadas, pode-se definir um quadro conjuntural dos casos analisados neste estudo. O Brasil possui um contexto histórico de apatia política, baixo grau de cidadania e sua cúpula de poder é excludente e verticalizada, além de uma democratização relativamente recente, alto índice de desigualdade e Índice de Desenvolvimento Humano médio; no que concerne às atitudes democráticas, os níveis de satisfação e confiança nas instituições democráticas são significativamente baixos. O Uruguai é um país com forte tradição e longa experiência democrática, índice de desigualdade e de Desenvolvimento Humano alto e níveis altos e estáveis de satisfação com o regime democrático e confiança em suas instituições. A Espanha, por sua vez, apresenta um quadro político e social semelhante ao brasileiro, democratizando-se recentemente após um longo e período ditatorial, no entanto conta com um dos menores índices de desigualdade social e com um IDH considerado muito alto; em geral, apresentou níveis significativamente positivos de satisfação com a democracia e confiança institucional; contudo, a partir de 2008 inicia um movimento acentuado de queda da satisfação e confiança nas instituições democráticas. A Finlândia se caracteriza por ser o país mais diferenciado, visto que tem como marca a valorização da democracia, é o país menos desigual dentre os estudados e possui os melhores índices de

Desenvolvimento Humano, satisfação com o regime democrático e confiança em suas instituições.

Além disso, a estabilização e a variação de comportamento das variáveis econômicas e culturais se manifestaram de maneira similar ao longo do tempo nos casos estudados. A Finlândia manteve linearidade e altos níveis de desenvolvimento de sua economia e de seus valores democráticos durante o período estudado. O Uruguai apresentou relativa estabilidade em ambas as esferas, sofrendo uma variação mais ampla apenas no período de 2002 a 2004, com moderada queda em seu desempenho econômico e na avaliação do funcionamento da democracia. A economia da Espanha se mantém estável, com resultados positivos, até 2007; a partir de 2008 começam a ocorrer fenômenos como a queda drástica do crescimento do país, medido pelo PIB anual, aumento do desemprego e da desigualdade social, e concomitante a isso, o país começa a experimentar progressivamente um processo de aumento da insatisfação com a democracia e queda da confiança nos partidos políticos, governo, Parlamento e Judiciário. Igualmente, o Brasil, que apresentou em todas as variáveis de percepção analisadas ao longo do período estudado níveis baixos de satisfação com a democracia e confiança institucional, acabou por obter as melhores avaliações sobre o funcionamento do regime justamente entre os anos de 2009 e 2010, nos quais o país alcançou também os melhores resultados em indicadores econômicos.

Quadro 1: Dados econômicos e culturais mais representativos nos países estudados

	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	
Brasil	PIB per Capita US\$										
	4.853	5.192	5.310	5.115	3.499	3.766	3.162	2.836	3.076	3.639	
	Desemprego										
	6,0	6,8	7,7	8,9	9,6	9,5	9,3	9,1	9,7	8,9	
	IDH										
						0,669					
	Satisfação com a democracia										
	29	20	23	27		19	21	21	28	28	
Confiança no governo											
31	24							24	43	39	
Uruguai	PIB per Capita US\$										
	5.985	6.317	7.329	7.712	7.248	6.873	6.282	4.089	3.622	4.118	
	Desemprego										
	10,4	11,3	7,7	7,7	11,2	10,3	9,5	8,6	7,8	6,9	
	IDH										
						0,741					
	Satisfação com a democracia										
	57	52	64	68		69	55	53	44	45	
Confiança no governo											
42	35							33	21	16	
Espanha	PIB per Capita US\$										
	15.562	16.237	14.873	15.534	15.859	14.788	15.359	17.020	21.496	24.919	
	Desemprego										
	23,1	22,5	21,1	19,0	15,9	14,2	10,7	11,6	11,5	11,2	
	IDH										
						0,847					
	Satisfação com a democracia										
	42		58	54	74	74	67			68	
Confiança no governo											
	45	46	52	50		58	51			44	
Finlândia	PIB per Capita US\$										
	26.273	25.778	24.676	25.989	26.179	24.253	24.913	26.834	32.816	37.636	
	Desemprego										
	15,3	14,4	12,6	11,4	10,1	9,7	9,1	9,0	9,0	8,8	
	IDH										
	0,801					0,845					
	Satisfação com a democracia										
	55		51	53	71	65	65			77	
Confiança no governo											
	47	42		61		64	59			61	

	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Brasil	PIB per Capita US\$										
	4.793	5.888	7.347	8.837	8.603	11.318	13.279	12.148	11.939	11.613	
	Desemprego										
	9,3	8,4	8,1	7,1	8,3	7,9	6,7	6,1	5,9		
	IDH										
	0,699	0,704	0,710	0,716	0,719	0,726	0,728	0,730	0,744		
	Satisfação com a democracia										
	22	37	30	38	48	48	36		26		21
Confiança no governo											
33	47	35	43	47	55	39		38		19	
Uruguai	PIB per Capita US\$										
	5.222	5.879	7.013	9.068	9.422	11.947	14.175	15.134	16.884	16.811	
	Desemprego										
	9,0	10,6	9,2	7,6	7,3	7,2	6,3	6,5	6,6		
	IDH										
	0,744	0,762	0,771	0,775	0,779	0,785	0,789	0,792	0,790		
	Satisfação com a democracia										
	63	66	66	71	79	78	72		82		70
Confiança no governo											
68	66	57	60	66	71	62		55		59	
Espanha	PIB per Capita US\$										
	26.511	28.483	32.709	35.579	32.333	30.738	31.973	28.985	29.881	30.262	
	Desemprego										
	9,3	8,6	8,4	11,5	18,1	20,2	21,7	25,2	26,6		
	IDH										
	0,865	0,870	0,874	0,878	0,880	0,884	0,885	0,885	0,869		
	Satisfação com a democracia										
		70	79		59	53	46	38	25	22	
Confiança no governo											
47	44	53	61	31	21	17	14	8	11		
Finlândia	PIB per Capita US\$										
	38.969	41.121	48.289	53.401	47.107	46.205	50.788	47.416	49.310	49.541	
	Desemprego										
	8,4	7,6	6,8	6,3	8,2	8,4	7,7	7,6	8,2		
	IDH										
	0,882	0,886	0,890	0,891	0,886	0,890	0,892	0,892	0,879		
	Satisfação com a democracia										
		76	76		68	70	77	76	76	74	
Confiança no governo											
64	64	60	60	48	48	56	57	50	47		

5. Considerações finais

O presente estudo teve por objetivo examinar se de fato, como sugerem os estudiosos do tema (INGLEHART, 2003; LIPSET, 1959; MORLINO, 2009), o desempenho das instituições e atores políticos, em especial no que diz respeito à gestão da economia, tem um comportamento análogo ao dos valores democráticos – mesmo em contextos sociais e culturais diferentes. Destarte, buscou-se observar se existe alguma semelhança entre situação econômica e valores democráticos, ou seja, analisar se a variação ou estabilização se manifestam da mesma maneira nas duas dimensões. Assim, para observar de que maneira a opinião pública se comporta diante das flutuações de índices econômicos, foram verificados os casos de Brasil, Uruguai, Espanha e Finlândia, a partir da análise de dados econômicos do Banco Mundial – no que diz respeito ao desemprego, inflação, PIB per capita, PIB crescimento anual, Índice de GINI - e do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) – no que se refere ao Índice de Desenvolvimento Humano - em comparação com indicadores de atitudes democráticas, como satisfação e confiança nas instituições públicas, do Latino e Eurobarômetro nos últimos vinte anos.

Ao analisar os dados econômicos observa-se, primeiramente, que, na maior parte dos indicadores e do tempo, os países europeus demonstram certa vantagem sobre os latino-americanos, em especial a Finlândia; contudo, o Uruguai mantém números muito próximos e algumas vezes mais positivos do que os destes países, isto se potencializa se comparado somente à Espanha. Ao analisar mais detalhadamente as variáveis, vê-se que no que diz respeito ao crescimento do país, medido pelo PIB anual, o Brasil obtém resultados que se aproximam dos valores dos demais casos e tem seu auge em 2010 – quando atinge um dos crescimentos mais altos dentre os países medidos em todo o período; a Espanha, por sua vez, acaba por perder sua estabilidade a partir do ano de 2008, sofrendo uma queda brusca em seus resultados, semelhante ao que ocorreu com o Uruguai entre os anos de 1999 e 2002. Ao comparar a inflação nos países estudados, observa-se que há um padrão de variação de pouca amplitude, em especial após o ano de 2000; contudo, é importante destacar que no ano de 2003 os dois países latino-americanos apresentaram altas significativas.

Ainda no que se refere às variáveis econômicas, parte dos indicadores escolhidos neste estudo dizem respeito a questões mais diretamente sensíveis às condições de vida dos cidadãos. Ao examinar os dados referentes ao desemprego, pode-se destacar o caso espanhol, em que o mesmo aumentou massivamente após o ano de 2008. No que concerne ao Índice de Gini – que mede a desigualdade nos países – fica evidente a discrepância existente entre os resultados obtidos pelos países europeus e os países latino-americanos, em especial entre o Brasil e os demais. Além disso, a Finlândia é a sociedade menos desigual entre as estudadas, seguida por Espanha e Uruguai; o Brasil, por seu turno, é o país mais desigual, sendo o único que alcança

valores entre 50% e 60% - apesar de demonstrar um processo de redução gradual do índice. Outrossim, a Espanha, apesar de se manter como um dos países menos desiguais, apresenta um aumento moderado após 2007. Por fim, ao examinar os Índices de Desenvolvimento Humano dos quatro países e suas posições no quadro geral, observa-se o mesmo padrão encontrado ao avaliar o Índice de GINI: os dois países europeus apresentam desenvolvimento alto, enquanto os países latino-americanos possuem nível de desenvolvimento mediano. Outrossim, a Finlândia apresenta um maior desenvolvimento, seguida pela Espanha e Uruguai e, mais distantemente, o Brasil; sendo que todos os países apresentam um gradual aumento do índice, havendo apenas uma pequena queda dos resultados de Finlândia e Espanha em 2013.

Ao examinar os dados culturais referentes à avaliação que os cidadãos fazem da democracia e de suas principais instituições, pode-se ver claramente um padrão de comportamento dos resultados. Diferentemente do que ocorre com os dados econômicos, os países que apresentam resultados mais sólidos e com percepções mais positivas do regime não pertencem ao mesmo continente, são Finlândia e Uruguai respectivamente. Outrossim, a Espanha, na maior parte do período, também obtém resultados positivos no que diz respeito à valorização da democracia e suas instituições. O Brasil, por seu turno, mantém os índices mais baixos de confiança e satisfação dentre os países estudados ao longo de todo o período em todos os exames feitos. Além disso, Brasil e Espanha apresentam um padrão de variação que se repete em todas as variáveis de percepção analisadas: a estabilidade espanhola se mantém até o ano de 2007; a partir do ano de 2008, o país estabelece um quadro de insatisfação com a democracia e desconfiança em suas instituições progressivo e intenso; já no caso brasileiro, as avaliações mais positivas do funcionamento do regime ocorreram sempre no ano de 2010 e mais negativas no ano de 2015. Com efeito, o Uruguai apresenta níveis relativamente menores de confiança nas instituições nos anos de 2003 e 2004.

Analisando mais detalhadamente estes dados, é possível destacar que enquanto na Finlândia, no Uruguai e na Espanha – até 2008 – mais da metade dos cidadãos se diziam satisfeitos ou muito satisfeitos com a democracia, o Brasil não consegue atingir 50% de boas avaliações em nenhum dos anos estudados, chegando próximo a essa marca apenas nos anos de 2009 e 2010. Destarte, a confiança dos indivíduos nos partidos se mostra baixa em todos os países durante todo o período – sendo os uruguaios os que mais confiam nestas instituições. Em comparação com os partidos políticos, o governo apresenta níveis de confiança bem mais elevados; novamente, o Brasil é o único país a não atingir mais da metade de avaliações positivas ao longo do período analisado. No que diz respeito à confiança no Parlamento ou Congresso, se repete o mesmo padrão de comportamento das outras variáveis, contando menores níveis de confiança dos uruguaios em 2003 e 2004. Outro fator conveniente a se ressaltar é que o Poder Judiciário é a instituição em que os brasileiros mais confiam.

Ao observar o conjunto de dados expostos, é possível definir um quadro geral em que, tanto no que se refere aos indicadores econômicos quanto aos culturais, os países europeus se mostram mais desenvolvidos do que os latino-americanos na maior parte do período analisado. Contudo, é importante salientar que o Uruguai se assemelha mais aos dois casos europeus do que ao Brasil, em especial no que diz respeito às variáveis de percepção do funcionamento da democracia. A Finlândia apresenta os melhores resultados econômicos, principalmente os que se referem à qualidade de vida da população, e os maiores índices de aprovação do regime democrático e confiança em suas instituições. A Espanha apresenta estabilidade em sua economia e em seus valores democráticos pelo menos até o ano de 2008; além disso, é o segundo país menos desigual e com maior Índice de Desenvolvimento Humano. O Uruguai, como mencionado anteriormente, possui uma economia relativamente sólida e índices elevados estáveis de satisfação com a democracia e de confiança institucional. Por fim, o Brasil é o país que possui maior desigualdade e menor Índice de Desenvolvimento Humano; além disso, no que concerne aos dados culturais, o país apresenta níveis expressivamente baixos de satisfação com a democracia e confiança nas instituições públicas.

Seguindo estas constatações e relacionando-as com o contexto histórico e político dos países estudados, é possível afirmar que, de acordo com os argumentos de Inglehart (2003) e Norris (1999), sociedades com maior desenvolvimento econômico ou menor instabilidade - principalmente no tocante às questões de qualidade de vida e desenvolvimento humano - e com maior tempo de experiência democrática, tendem a apresentar maiores níveis de atitudes democráticas. Outro fator fundamental a destacar é que tanto no caso espanhol quanto no caso brasileiro, a estabilização e a mudança de comportamento das variáveis econômicas e culturais se manifestaram da mesma maneira ao longo do tempo. A economia da Espanha se mantém saudável, com resultados positivos, até 2007, a partir de 2008 começam a ocorrer fenômenos como a queda drástica do crescimento do país, medido pelo PIB anual, aumento do desemprego e da desigualdade social. Concomitante a isso, o país começa a experimentar progressivamente um processo de aumento da insatisfação com a democracia e queda de confiança nos partidos políticos, governo, Parlamento e Judiciário. Igualmente, o Brasil, que apresentou em todas as variáveis de percepção analisadas ao longo do período estudado níveis baixos de satisfação com a democracia e confiança institucional, acabou por obter as melhores avaliações sobre o funcionamento do regime justamente entre os anos de 2009 e 2010, nos quais o país alcançou também os melhores resultados em indicadores econômicos.

Deste modo, é possível a conclusão de que, de fato, desenvolvimento e estabilidade econômica e valores democráticos demonstram um comportamento análogo. Contudo, é importante salientar que, conforme observado através da análise dos dados, a cultura política atua de maneira significativa na consolidação da democracia; visto que o nível de variação concomitante entre economia e confiança é mais forte em cenários com menor enraizamento, ou

seja, um maior ou menor enraizamento pode atenuar ou potencializar, respectivamente, a turbulência da confiança e da satisfação no regime democrático em cenários de instabilidades econômicas. Com efeito, países com maior desenvolvimento econômico e social, como Finlândia e Espanha, apresentaram maiores níveis de satisfação com a democracia e confiança nas instituições democráticas. No entanto, a Espanha, um país com democratização recente e histórico cultural de apatia política, acabou por ser palco de um processo de queda de satisfação e confiança quando submetida a problemas de ordem econômica. Enquanto o Uruguai que não apresenta desenvolvimento econômico e social tão elevado quanto os países europeus, porém possui uma longa experiência e uma cultura política democrática, não tem seus níveis de satisfação com a democracia e confiança nas instituições tão reduzidos mediante períodos de queda e instabilidade de seus indicadores econômicos.

Com efeito, este trabalho ajudou a elucidar o debate acerca da importância da relação entre as estruturas econômicas e sociais e a cultura política na consolidação da democracia, ao integrar a revisão da literatura que trata sobre o assunto com o uso da análise de dados, comparando em termos empíricos as composições culturais, sociais e econômicas dos países ao longo do tempo. Além disso, demonstrou a importância de se analisar países pertencentes a regiões muito diferentes que experimentaram contextos sociais, políticos e econômicos por vezes discrepantes, para avaliar a atuação destas experiências sobre as atitudes democráticas. Nessa perspectiva, esta pesquisa contribuiu para o desenvolvimento de análises na área da Ciência Política que busquem compreender o processo de consolidação da democracia realizando uma “dupla comparação”, ou seja, analisando ao longo do tempo o comportamento de diferentes fatores estruturais do regime democrático em sociedades distintas. Visto que foi possível constatar que há uma forte semelhança entre as dimensões econômica e cultural, o presente estudo pode servir como fomento para reforçar os argumentos propostos pela literatura, além de fornecer base e incentivo para futuras pesquisas que continuem a desenvolver um campo de estudo tão significativo para a área de Ciência Política e que busquem examinar de maneira empírica, por meio de testes estatísticos, o impacto direto de um fator no outro.

Referências Bibliográficas

AGUILAR, Paloma et al. Las actitudes de los españoles ante las medidas de justicia transicional relativas a la Guerra Civil y al franquismo. *Revista Internacional de Sociología*, v. 69, n. 1, p. 59-90, 2011.

ALMOND, Gabriel A.; VERBA, Sidney. *The Civic Culture: political attitudes and democracy in five nations*. Boston: Little, Brown and Company (Inc.), 1965.

AMORIM, Maria Salete S. Democracia e cultura política em perspectiva comparada: Brasil e Paraguai. In: BAQUERO, M. (Org.) *Cultura(s) política(s) e democracia no século XXI na América Latina*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2011, p. 119 – 140.

ARMINGEON, Klaus; GUTHMANN, Kai. Democracy in crisis? The declining support for national democracy in European countries, 2007–2011. *European Journal of Political Research*, v. 53, n. 3, p. 423-442, 2014.

ARTURI, Carlos Schmidt. O debate teórico sobre mudança de regime político: o caso brasileiro. *Rev. Sociol. Pol.*, n. 17. Curitiba, Novembro, 2001.

BÄCK, Maria; KESTILÄ, Elina. “Social capital and political trust in Finland: an individual-level assessment”. *Scandinavian Political Studies*, v. 32, n. 2, p. 171-194, 2009.

BANCO MUNDIAL. *World Development Indicators*. 1995 a 2014

BAQUERO, Marcello. Cultura política participativa e desconsolidação democrática: reflexões sobre o Brasil contemporâneo. *São Paulo em Perspectiva*, v. 15, n. 4, p. 98-104, 2001.

BAQUERO, Marcello. Democracia formal, cultura política informal e capital social no Brasil. *Opin. Publica* [online]. 2008, vol.14, n.2, pp. 380-413. ISSN 1807-0191. 2008.

BAQUERO, Marcello. A Cultura Política na Agenda da Democratização na América Latina. In: BAQUERO, M. (Org.) *Cultura(s) política(s) e democracia no século XXI na América Latina*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2011, p. 13 – 24.

BAQUERO, Marcello. Padrões de Constituição da Cultura Política na América Latina no século XXI. In: BAQUERO, M. (Org.) *Cultura(s) política(s) e democracia no século XXI na América Latina*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2011, p. 25 – 46.

BAQUERO, Marcello. *Qual Democracia para a América Latina? Capital social e empoderamento são a Resposta?* Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2013.

BARRÁN, José Pedro. NAHUM, Benjamín. *Historia Rural Del Uruguay Moderno: 1851-1885*. Volume 1, Edição 2. Editora: Ediciones de la Banda Oriental, Universidade da Califórnia 1967.

- BARRO, Robert J. "Determinants of democracy". *Journal of Political economy*, v. 107, n. S6, p. S158-S183, 1999.
- BENEDICTO, Jorge. La construcción de la ciudadanía democrática en España (1977-2004): De la institucionalización a las prácticas. (The Construction of Democratic Citizenship in Spain (1977-2004): From Institutionalization to Practices). *Reis*, p. 103-136, 2006.
- BIESCA, Sergio Givez. El proceso de la recuperación de la memoria histórica en España: Una aproximación a los movimientos sociales por la memoria. *International Journal of Iberian Studies*, v. 19, n. 1, p. 25-51, 2006.
- BOBBIO, Norberto. O futuro da democracia. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2009.
- BUQUET, Chasquetti y Moraes. Fragmentación política y gobierno en Uruguay ¿un enfermo imaginario? ICPFCS. Montevideo. 1998.
- CAETANO, Gerardo. "20 años de democracia. Uruguay 1985-2015: Miradas Múltiples". Montevideo: Ediciones Santillana, S.A., 2005.
- CALERO, Francisco Sevillano. La construcción de la memoria y el olvido en la España democrática. *Ayer*, p. 297-319, 2003.
- CALVO-SOTELO, María Luz Morán. La cultura política y la interpretación de las transiciones a la democracia. (Notas sobre el caso español). *Política y Sociedad*, v. 20, p. 97, 1995.
- CARVALHO, J.M. Ciudadanía: tipos e percursos. *Estudos Históricos*, n. 18, 1996. p. 338-359.
- CARVALHO, José Murilo de. Ciudadanía no Brasil: o longo caminho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- CAWEN, Inês. Partidos, Elecciones y Democracia Política. In: FREGA, Ana; et al. *Historia Del Uruguay en el siglo XX [1890-2005]*. Uruguay: E.B.O., 2008.
- CONSELHO DE PROMOÇÃO DA FINLÂNDIA. Ministério das Relações Exteriores. This is Finland. Finland in Facts. Disponível em: <<http://finland.fi/pt/>>. Acesso em: 27 de Outubro de 2015.
- DAHL, Robert. Poliarquia: participação e oposição. São Paulo: EDUSP, 1997.
- DALTON, Russell J. *Democratic Challenges, Democratic Choices: The Erosion of Political Support in Advanced Industrial Democracies*. Oxford University Press, 2007.
- DAMATTA, Roberto. Reflexões sobre o público e o privado no Brasil: um ponto de vista perverso. *Caderno de Ciências Sociais*, p. 51-62, 1993.
- DE CAMARGO, Sonia. A União Europeia: uma comunidade em construção. *Contexto Internacional*, v. 30, n. 2, 2008.

- DE RIZ, L. Política y partidos: ejercicio de análisis comparado: Argentina, Chile, Brasil y Uruguay. *Desarrollo Económico*, v. 25, n. 100, jan-mar 1986. p. 659-682.
- DIAMOND, Larry Jay; MORLINO, Leonardo. An overview. *Journal of democracy*, v. 15, n. 4, p. 20-31, 2004.
- EASTON, David. *A systems analysis of political life*. New York: Wiley, 1965.
- EMBAIXADA DA FINLÂNDIA. Ministério das Relações Exteriores. Brasília. História. Disponível em: <http://www.finlandia.org.br/public/default.aspx?nodeid=36445&contentlan=17&culture=pt-BR>. Atualizado em 21/05/2009. Acesso em: 27 de Outubro de 2015.
- EMBAIXADA DA FINLÂNDIA. Ministério das Relações Exteriores. Brasília. A Posição da Mulher na Finlândia. Disponível em: <http://www.finlandia.org.br/public/default.aspx?contentid=124009>. Atualizado em 21/05/2009. Acesso em: 27 de Outubro de 2015.
- EMBAIXADA DA FINLÂNDIA. Ministério das Relações Exteriores. Brasília. Parlamentarismo. Disponível em: <http://www.finlandia.org.br/public/default.aspx?contentid=123968>. Atualizado em 29/04/2011. Acesso em: 27 de Outubro de 2015.
- EUROMAROMETER. Pesquisas survey de opinião pública, 1995 a 2014.
- FAORO, Raymundo. *Os donos do poder. Formação do Patronato Político Brasileiro*. Rio de Janeiro: Globo, 2001. FONSECA, 1989.
- FONSECA, Pedro Cezar D. *Vargas: o capitalismo em construção - 1906-1954*. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- GARCÍA, Soledad. Ciudadanía, bienestar y desigualdad social en España. *Reis*, p. 63-79, 1988.
- GELPI, Rodrigo. Capital social, participación, desarrollo sustentable, nueva era en la sociedade uruguaya. *Revista de Ciência Política*. Vol 48. Brasil, 2007. p. 139-162.
- GIL, Alicia G. España. In.: AMBOS, Kai; MALARINO, Ezequiel; ELSNER, Gisela. *Justicia de transición: informes de América Latina, Alemania, Italia y España*. 2009.
- GONZÁLEZ, Rodrigo Stumpf. *A Política de Promoção aos Direitos Humanos no Governo Lula 2010*.
- GONZÁLEZ, Rodrigo Stumpf. Democracia, Cultura Política e Experiências Participativas na América Latina. In: BAQUERO, M. (Org). *Cultura(s) política(s) e democracia no século XXI na América Latina*. Porto Alegre. Editora UFRGS, 2011, p. 47-68.

GUNTHER, Richard & MONTERO, Jose Ramon. “Legitimidade política em novas democracias”. *Opinião Pública*, v. 9, n. 1, p. 1-43. 2003.

GUNTHER, Richard; MONTERO, José Ramón. *From Consensus Transition to Adversary Democracy*.

HÄKLI, Jouini. “Cultures of demarcation: Territory and national identity in Finland”. *Nested Identities: Nationalism, Territory, and Scale*. Lanham: Rowman and Littlefield, p. 123-150, 1999.

HEATH, William; WINTHER, Pernille. *Parlamento europeu - direção-geral de estudos: Divisão para os Assuntos Sociais e o Emprego, a Saúde Pública e a Defesa do Consumidor, os Direitos da Mulher, a Cultura, a Juventude, a Educação e os Meios de Comunicação Social*. Luxemburgo, 1996.

HELLIWELL, John F. “Empirical linkages between democracy and economic growth”. *British journal of political science*, v. 24, n. 02, p. 225-248, 1994.

HERNÁNDEZ SÁNCHEZ, Alfredo. *La opinión pública española en la transición del franquismo a la democracia*. 2010.

HOLANDA, Sérgio B. *Raízes do Brasil*. 26º ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

HUNTINGTON, Samuel. *A terceira onda: a democratização no final do século XX*. São Paulo: Ática. 1994.

INGLEHART, Ronald. How solid is mass support for democracy—and how can we measure it?. *Political Science and Politics*, v. 36, n. 01, p. 51-57, 2003.

INGLEHART, Ronald e WELZEL, Christian. *Modernização, mudança cultural e democracia*. São Paulo, Ed. Verbená, 2009.

KASTORYANO, Riva. *Quelle Identité pour l'Europe?*. Paris, Presses de la Fondation Nationale des Sciences Politiques, 1998.

LATINO BARÓMETRO. *Pesquisas survey de opinião pública, 1995 a 2015*.

LINZ, Juan J. *La fronterasur de Europa: tendencias evolutivas*. *Reis*, n. 9, p. 7-52, 1980.

LIPSET, Seymour Martin. Some social requisites of democracy: Economic development and political legitimacy. *American political science review*, v. 53, n. 01, p. 69-105, 1959.

MADARIAGA, Jasone Astola. *El sistema constitucional finlandés: una introducción*. *Revista de estudios políticos*, n. 114, p. 235-250, 2001.

MOISÉS, José Álvaro. *Os Brasileiros e a Democracia: bases sócio-políticas da legitimidade democrática*. São Paulo: Ática. 1995.

- MOISÉS, José Álvaro. Cultura política, instituições e democracia: lições da experiência brasileira. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 23, n. 66, p. 11-43, 2008.
- MOISÉS, José Álvaro; CARNEIRO, Gabriela Piquet. Democracia, desconfiança política e insatisfação com o regime: o caso do Brasil. *Opinião Pública*, v. 14, n. 1, p. 1-42, 2008.
- MOISÉS, José Álvaro. *Democracia e Confiança: por que os cidadãos desconfiam das instituições públicas?* São Paulo: Ed. USP, 2010.
- MONTERO, José Ramón. Iglesia, secularización y comportamiento político en España. *Reis*, p. 131-159, 1986.
- MONTERO, José Ramón; Torcal. La cultura política de los españoles: pautas de continuidad y cambio. *Sistema. Revista de Ciencias Sociales*, n. 99, p. 39-74, 1990.
- MONTERO, José Ramón. Sobre la democracia en España: legitimidad, apoyos institucionales y significados. 1992.
- MONTERO, José R.; TORCAL, Mariano. Value change, generational replacement and politics in Spain. *Centro de Estudios Avanzados en Ciencias Sociales, Instituto Juan March de Estudios e Investigaciones*, 1994.
- MONTERO, José Ramón et al. Actitudes hacia la democracia en España: legitimidad, descontento y desafección. *Reis*, p. 9-49, 1998.
- MORLINO, Leonardo. Legitimacy and the Quality of Democracy. *International Social Science Journal*, v. 60, n. 196, p. 211-222, 2009.
- MORÁN, María Luz. Los estudios de cultura política en España. *Reis*, p. 97-129, 1999.
- NEWTON, Kenneth. Trust, social capital, civil society, and democracy. *International Political Science Review*, v. 22, n. 2, p. 201-214, 2001.
- NEWTON, Kenneth. Political support: Social capital, civil society and political and economic performance. *Political Studies*, v. 54, n. 4, p. 846-864, 2006.
- NORRIS, Pippa (Ed.). *Critical Citizens: Global Support for Democratic Government: Global Support for Democratic Government*. Oxford University Press, USA, 1999.
- NORRIS, Pippa. *Democratic deficit: Critical citizens revisited*. Cambridge University Press, 2011.
- O'DONNELL, G. *Contrapontos: autoritarismo e democratização*. São Paulo: Vértice / Revista dos Tribunais, 1986.
- O'DONNELL, Guillermo. *Democracia, agência e estado: teoria com intenção comparativa*. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

OINAS, Päivi. Finland: a success story?. *European Planning Studies*, v. 13, n. 8, p. 1227-1244, 2005.

OLIVEIRA, Ariane Bayer de. O desenvolvimento econômico da Finlândia: o papel das inovações tecnológicas e da educação. 2011.

PNUD. IDH por regiões globais, 1995 a 2013.

PRZEWORSKI, Adam; LIMONGI, Fernando. Modernization: Theories and facts. *World politics*, v. 49, n. 02, p. 155-183. 1997.

PUTNAM, Robert. D.; LEONARDI, Robert D.; NANETTI, Raffaella Y. Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

SAN MARTIN, Magdalena Broquetas. Liberalización económica, dictadura y resistencia. 1965-1985. In: FREGA, Ana; et al. *Historia Del Uruguay siglo XX [1890-2005]*. Uruguai: E.B.O., 2008.

SANTOS, E. R. Ideologia e dominação no Brasil (1974-1989): um estudo sobre a Escola Superior de Guerra. *Sociedade e Estado*, v. 22, n. 1; p. 153-185, jan-abr 2007.

SCHIMITTER, Philippe C. “As três crises: O Euro, a União Europeia e a democracia europeia”. *Cadernos Adenauer*, nº 1: Perspectivas para o futuro da União Europeia. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, p. 41-46, abril 2013.

SCHUMPETER, Joseph. “Capitalismo, socialismo e democracia”. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1984.

SCHWARTZMAN, Simon. Bases do autoritarismo brasileiro. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Campus, 1988.

SERNA, Miguel. As maiorias silenciosas na redemocratização no Uruguai. In: BAQUERO, M.; CASTRO, H.; GONZÁLEZ, R. (Org.). “A construção da democracia na América Latina”. p. 141-162. Porto Alegre: UFRGS, 1998.

STUCKI, Andreas; DE ABIADA, José Manuel López. Culturas de la memoria: transición democrática en España y memoria histórica. Una reflexión historiográfica y político-cultural Iberoamericana (2001-), p. 103-122, 2004.

TILLY, Charles. *Democracy*. Cambridge University Press, 2007.

LIPSET, Seymour M. O homem político. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

TORCAL, Mariano. Análisis dimensional y estudio de valores: el cambio cultural en España. *Reís*, p. 97-122, 1992.

TORCAL Lorient, Mariano. El origen y la evolución del apoyo a la democracia en España. La construcción del apoyo incondicional en las nuevas democracias (*). *Revista Española de Ciencia Política*, n. 18, p. 29-65, 2008.

TORCAL, Mariano. The Decline of Political Trust in Spain and Portugal Economic Performance or Political Responsiveness. *American Behavioral Scientist*, 2014.

VINUESA TEJERO, María Lourdes. Opinión pública y cultura política en la España democrática. Un estudio empírico de las elecciones generales de 1993. 2006.